

PMT-RJ

PROCESSO Nº 25.341/2021

RUBRICA: FLS:

**TOMADA DE PREÇOS**

**002/2021**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL CEMEI MARIANA MARTUCHELLI

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 11/08/2021 às 10h00

*Satiele de Sequeira Santos*

*Secretária Municipal de Educação*

*Mat. 1.14054-1*

**SEJA UM FORNECEDOR DA**

***PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS***

A *Prefeitura Municipal de Teresópolis* disponibiliza o acesso às oportunidades de fornecimento através do sitio eletrônico [*www.licitacao.teresopolis.rj.gov.br*.](http://www.licitacao.teresopolis.rj.gov.br/)

**Oportunidades de Fornecimento:**

Procedimentos agendados, acesso aos editais e notícias do andamento dos processos.

**Licitações ao vivo:**

Transmissão em áudio e vídeo das sessões públicas em tempo real e o arquivo com todos os procedimentos já transmitidos.

**Seja um fornecedor:**

Conheça a relação de documentos para se obter o Certificado de Registro Cadastral e realize o seu pré-cadastro.

**Linhas de Fornecimento:**

Tenha acesso ao Planejamento Estimativo Municipal de Compras, com a previsão de aquisições a serem realizadas no próximo período.

**Compras Governamentais:**

Tenha acesso ao Catálogo de Itens ativos em registro de preço no município; O tratamento diferenciado e simplificado para os Pequenos Negócios; E dados sobre o Sistema de Monitoramento das Compras Governamentais com indicadores das licitações realizadas.

**Secretaria Municipal de Administração Departamento de Suprimentos e Licitações** Centro Administrativo Prefeito Celso Dalmaso

Avenida Feliciano Sodré, 611 - Várzea – Teresópolis/RJ

[*licitacao@teresopolis.rj.gov.br*](mailto:licitacao@teresopolis.rj.gov.br)

(21) 2742-3885

# EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/2021

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL CEMEI MARIANA MARTUCHELLI**

Por determinação do Exmo. Prefeito Municipal, **Sr. Vinicius Cardoso Claussen da Silva**, no **Processo Administrativo nº. 25.341/2021**, a Prefeitura Municipal de Teresópolis, através da Comissão Municipal de Licitação designada pela **Portaria GP n.º 814 de 21 de julho de 2021**, nos termos da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e a Lei Complementar Federal 123/2006 e suas alterações posteriores, comunica às empresas do ramo pertinente ao objeto da presente, que realizará, no dia **11 de agosto de 2021, às 10:00 horas**, sob a égide do diploma legal mencionado, Licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS,** sob o regime de empreitada por preço global,do tipo Menor Preço Global, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL CEMEI MARIANA MARTUCHELLI**,conforme descritos e quantificados nos anexos deste Edital.

**OBS.: Visando comunicação futura entre o Departamento de Suprimento e Licitação e as Empresas que retiraram o edital, solicitamos o preenchimento deste recibo de entrega e remeter à Prefeitura Municipal de Teresópolis, pelo e-mail** [**licitacaoteresopolis@gmail.com**](mailto:licitacaoteresopolis@gmail.com) **ou Fax nº (21) 2742-3885.**

**A não remessa do recibo exime o Departamento de Suprimento e Licitação da Prefeitura Municipal de Teresópolis da responsabilidade de informar a empresa licitante, eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como quaisquer informações adicionais.**

**O PRESENTE EDITAL DEVERÁ SER IMPRESSO EM PAPEL OFÍCIO 2, A FIM DE EVITAR EVENTUAIS CORTES.**

**FIRMA:**

**CNPJ:**

**NOME: IDENTIDADE:**

* 1. **AIL: TEL/FAX:**

**DATA: ASSINATURA:**

# EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/2021

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL CEMEI MARIANA MARTUCHELLI**

Por determinação do Exmo. Prefeito Municipal, **Sr. Vinicius Cardoso Claussen da Silva**, no **Processo Administrativo nº. 25.341/2021**, a Prefeitura Municipal de Teresópolis, através da Comissão Municipal de Licitação designada pela **Portaria GP n.º 814 de 21 de julho de 2021**, nos termos da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e a Lei Complementar Federal 123/2006 e suas alterações posteriores, comunica às empresas do ramo pertinente ao objeto da presente, que realizará, no dia **11 de agosto de 2021, às 10:00 horas**, sob a égide do diploma legal mencionado, Licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS,** sob o regime de empreitada por preço global, do tipo Menor Preço Global, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL CEMEI MARIANA MARTUCHELLI**, conforme descritos e quantificados nos anexos deste Edital.

# PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

**Teresópolis, 26 de julho de 2021.**

***Douglas Magno Amancio de Oliveira***

***Presidente da Comissão de Licitações***

***Satiele de Sequeira Santos***

***Secretária Municipal de Educação***

* + 1. **DO OBJETO**

A presente TOMADA DE PREÇOS, do tipo Menor Preço Global, tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL CEMEI MARIANA MARTUCHELLI**, de acordo com a solicitação da Secretaria Municipal de Serviços Públicos e as especificações e diretrizes elaboradas pela Secretaria Especial de Fiscalização de Obras Públicas.

* + - 1. Fazem parte integrante do presente Edital, os seguintes anexos: Anexo I – Minuta de Contrato;

Anexo II – Proposta de Preços; Anexo III – Carta de Credenciamento;

Anexo IV – Modelo de Certificado de Comparecimento e Conhecimento; Anexo V – Modelo de Declaração conjunta de Pleno Atendimento; Anexo VI – Modelo de Declaração sobre Trabalho de Menores;

Anexo VII – Modelo de declaração conforme Artigo 88 da Lei Orgânica Municipal;

Anexo VIII – Certificado de Prestação de Garantia Contratual;

Anexo IX – Modelo de declaração de enquadramento de Pequenos Negócios e Inexistência De Fatos Supervenientes;

Anexo X – Modelo de declaração sobre funcionário inelegível;

Anexo XI – Modelo de declaração de que dispõe em seus quadros funcionais percentual mínimo de beneficiários da Previdência Social (Lei nº 8.213/91);

Anexo XII – Modelo de declaração de não possui funcionário em trabalho degradante ou forçado;

Anexo XIII – Parâmetros para análise de balanço; Anexo XIV – Memorial Descritivo;

Anexo XV – Cronograma Físico Financeiro;

Anexo XVI – Planilha Estimativa;

Anexo XVII – Tabela do BDI.

* + - 1. **Os licitantes que desejarem realizar visita técnica ao local onde será realizado o serviço objeto deste certame, deverão agendar data e horário na Secretaria Especial de Fiscalização de Obras Públicas,** situada na Av. Lúcio Meira, nº 375 - Várzea, Teresópolis – RJ**, através do telefone (21) 3642-1503**.
    1. **DA REALIZAÇÃO DO CERTAME LICITATÓRIO**
       1. A presente **TOMADA DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, realizar- se-á em:
       2. Dia: **11 de agosto de 2021**
       3. Hora: **10:00 horas**
       4. Local: Teatro Municipal, localizado na Avenida Feliciano Sodré, 675 - Várzea, Teresópolis, Estado do Rio de Janeiro. Os licitantes deverão sentar em lugares marcados pela Comissão de Licitação, respeitando o distanciamento social de 02 (dois) metros e todos deverão estar utilizando máscaras. Será disponibilizado álcool gel no decorrer de toda a sessão.
    2. **CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO:**
       1. Poderão participar da presente licitação as pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto desta licitação.
       2. Não é permitida a subcontratação parcial ou total da obra, pois não se revela vantojo para a Administração**.**
       3. Não poderão participar os interessados que se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, empresas estrangeiras que não funcionem no País, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos, com suspensão do direito de licitar e contratar com qualquer Município e/ou ente da Federação, nos termos do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93;
          1. Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou pedido de homologação extra judicial, caso haja comprovação de que o plano já tenha sido aprovado/homologado pelo juízo competente quando da entrega da documentação de habilitação.
       4. Não será admitida a participação de licitantes suspensos temporariamente pela Administração Pública Municipal Direta ou Indireta, nos termos do inc. III do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93;
       5. Não será admitida a participação de licitantes já incursos na pena do inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, seja qual for o órgão ou entidade que tenha aplicado reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública.
       6. Não será permitida a participação de licitantes cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam servidores do Município, fundações ou autarquias, ou o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data deste Edital, em consonância com o disposto no artigo 9º, inciso III da Lei Federal nº 8.666/93.
       7. Tratando-se de licitantes reunidos em consórcio, serão observadas as disposições do art. 33 da Lei nº 8.666/1993 e as seguintes exigências:
          1. Comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelas empresas que dele participarão, com indicação da empresa líder, que deverá ter amplos poderes para representar as consorciadas no procedimento licitatório e no instrumento contratual, receber e dar quitação, responder administrativa e judicialmente, inclusive receber notificação, intimação e citação;
          2. Apresentação da documentação de habilitação especificada no edital por todas as empresas consorciadas;
          3. Comprovação de capacidade técnica do consórcio pelo somatório dos quantitativos de cada consorciado, na forma estabelecida neste Edital.
       8. Não será permitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas para o mesmo item.
       9. A participação nesta Licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como na observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos.
    3. **RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS**
       1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte

# Dotação Orçamentária:

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**02.009.12.365.0029.1003 4.4.90.51.00.00 CONTA 413 FONTE 100**

* + 1. **SUPORTE LEGAL**
       1. Esta TOMADA DE PREÇOS, do tipo Menor Preço Global, é regida pela Lei Federal nº. 8.666/93, Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas alterações posteriores.
    2. **FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES**
       1. A Prefeitura Municipal de Teresópolis, através do Departamento de Suprimentos e Licitação, situada à Av. Feliciano Sodré, 611, 3º andar - Centro, nesta cidade, por meio da Comissão Municipal de Licitação, seguindo as orientações técnicas da Secretaria Especial de Fiscalização de Obras Públicas, fornecerá toda e qualquer informação ou esclarecimento referente a presente TOMADA DE PREÇOS, através dos telefones (0XX21) 2742-3352 - ramal: 251, (0XX21) 2742-8685 – Departamento de Licitação e (21) 3642-1503 – Secretaria Especial de Fiscalização de Obras Públicas, de 09:00 às 18:00 horas.
       2. Os licitantes poderão obter informações e esclarecimentos à distância através dos e-mails sma.licitacao@teresopolis.rj.gov.br e licitacao.impugnacao@teresopolis.rj.gov.br.
    3. **PRAZO DE EXECUÇÃO E MEDIÇÕES**
       1. O prazo para execução do objeto será de **90 (noventa) dias corridos**, contando o seu início a partir do recebimento da autorização de início das obras emitida pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos, sendo o **REGIME DE EXECUÇÃO DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**.
       2. O prazo de contrato com a empresa vencedora é de 120 dias corridos, contado da data da assinatura do contrato.
          1. Na Contagem dos prazos será excluído o dia do início e incluído o do vencimento.
       3. Por tratar-se de de execução empreitada por preço global, as medições serão feitas ao final de cada evento que estiver 100% (cem por cento) concluído.
          1. As medições serão processadas independentemente de solicitação da Adjudicatária.
          2. A primeira será realizada em até 30 (trinta) dias corridos, após o recebimento da ordem de início, e as subseqüentes no período de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do encerramento da medição anterior.
          3. Para obtenção do valor de cada medição, será observado o seguinte procedimento:

1. As quantidades medidas serão multiplicadas pelos respectivos preços unitários, da planilha vencedora do certame.
2. O valor de cada medição corresponderá ao somatório dos produtos finais obtidos nos termos da alínea anterior.
   * + - 1. As medições deverão ser acompanhadas das memórias de cálculo, com a indicação dos locais de execução e das dimensões de cada parte ou trecho de item medido, preferencialmente com relatório fotográfico anexado.
       1. Quando da última medição da obra apresentar comunicação de término da mesma, assinada pelo responsável da licitante/contratada.
     1. **DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**
        1. **DOS CADASTRADOS**
           1. Poderão participar da licitação empresas com atividades específicas no ramo pertinente ao objeto desta Tomada de Preços, inscritas no Cadastro de Fornecedores desta municipalidade, mediante a entrega da cópia do Certificado de Registro Cadastral – C.R.C.
           2. O Certificado de Registro Cadastral – C.R.C., emitido pelo Departamento de Licitação, atendendo a todas as condições exigidas para cadastramento, poderá ser apresentado em substituição aos documentos elencados nos subitens 8.3.1, 8.3.2 e 8.3.3.
           3. Os licitantes cadastrados deverão, ainda, apresentar os documentos de qualificação técnica previstos no subitem 10.9.4.
           4. Os fornecedores já cadastrados poderão providenciar a atualização do seu C.R.C., junto ao Departamento de Licitação, até o terceiro dia anterior a abertura das propostas. Não serão aceitos os documentos com prazo de validade vencido, sendo obrigatória à apresentação da cópia reprográfica do documento dentro do prazo de validade.
        2. **DOS NÃO CADASTRADOS**
           1. Os interessados que não fazem parte do Cadastro de Fornecedores do Município de Teresópolis, deverão atender a todas as condições exigidas para cadastramento **até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas**, observado o disposto no § 9º, do art. 22, da Lei nº 8.666/93, apresentando a documentação solicitada para cadastramento até o terceiro dia anterior a abertura das propostas.
           2. A documentação deve ser apresentada pelo representante da empresa, sendo formalizado processo no Protocolo Geral do Município situada à Av. Feliciano Sodré, 675, Várzea, Teresópolis/RJ, das 09:00 às 18:00 para abertura do CRC, após será encaminhado a solicitação ao Departamento de Suprimentos e Licitação.
           3. Atendendo as condições exigidas, a empresa receberá o C.R.C autorizativo.
        3. Compõem os documentos de Habilitação para Emissão do **C.R.C**.:

# Habilitação Jurídica:

No caso de Empresário Individual: Declaração de Firma Mercantil Individual ou Requerimento de Empresário, em vigor, registrado na Junta Comercial, que comprovem que o ramo de atividade da empresa é compatível com o objeto da Licitação.

No caso de Sociedades Empresariais ou Empresa individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI: Contrato ou Estatuto Social em vigor, registrado na Junta Comercial, acompanhado da alteração contratual ou ata de eleição ou designação dos atuais administradores, se for o caso, que comprovem que o ramo de atividade da empresa é compatível com o objeto da Licitação.

No caso de Sociedades Civis: Contrato ou Estatuto Social em vigor, registrado no Registro Público competente, acompanhado da alteração contratual ou ata de eleição ou designação dos atuais administradores, se for o caso, que comprovem que o ramo de atividade da empresa é compatível com o objeto da Licitação.

No caso de Microempreendedor Individual, apresentar o Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, disponível no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br/)

No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

Declaração que não possui menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos (Modelo Anexo VI);

Declaração sobre funcionário inelegível (Modelo Anexo X);

Declaração de parentesco, conforme Artigo 88 da Lei Orgânica

Municipal (Modelo Anexo VII);

Declaração de não emprego de trabalho forçado ou degradante (Modelo Anexo XII)

# Regularidade Fiscal e Trabalhista:

Registro ou inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica (CNPJ);

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal, se houver, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual, se houver, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de regularidade para com as Fazendas:

Federal (Certidão Conjunta da Dívida Ativa da União e Receita Federal);

Estadual (ICMS, conforme resolução conjunta PGE/SER Nº 033 de 24 de novembro de 2004 para o Estado do Rio de Janeiro);

Estadual (Dívida Ativa, conforme resolução conjunta PGE/SER Nº 033 de 24 de novembro de 2004 para o Estado do Rio de Janeiro); e

Municipal do domicílio ou sede do licitante, conforme legislação municipal;

Certificado de Regularidade de Situação relativo ao FGTS conforme Lei Federal nº. 8.212, de 24/07/91, dentro do período de validade, demonstrando situação regular quanto ao cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, nos termos da Lei Federal Nº 12.440, de 07/07/2011, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho;

Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa e certidões positivas, que noticiem que os débitos certificados estão garantidos ou com sua exigibilidade suspensa;

Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

O licitante qualificado como Pequenos Negócios, pela apresentação da Declaração de Equiparação de Pequenos Negócios (modelo Anexo IX), deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

# Qualificação Econômico-Financeira:

Apresentar o Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis na forma da lei.

* + - * 1. Para efeito de segurança no procedimento licitatório, o Balanço Patrimonial a ser apresentado, deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial do Estado sede da empresa licitante.
        2. Poderá ser apresentado, para efeito de autenticação dos livros contábeis, a Escrituração Digital, através da apresentação do recibo de entrega e Demonstrações Financeiras (sendo dispensada a autenticação nas juntas comerciais conforme o Disposto no Decreto nº 8.683 de 25/06/2016), que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta;
        3. O Balanço Patrimonial deverá estar assinado pelo representante legal da licitante e pelo Contador ou Técnico em Contabilidade, com indicação de seu número de registro no CRC;
        4. Somente empresas, que ainda não tenham completado seu primeiro exercício fiscal, poderão comprovar sua capacidade econômico-financeira por meio do balanço de abertura;
        5. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

Será considerada inabilitada a empresa que não obtiver índices de liquidez corrente, liquidez geral e solvência geral maiores ou iguais a 1,00, que deverá ser comprovado através de documento conforme Modelo Anexo XIII devidamente assinado pelo representante legal da licitante e pelo Contador ou Técnico em Contabilidade, com indicação de seu número de registro no CRC - Conselho Regional de Contabilidade.

**8.4.3.2.1.** A não apresentação ou incorreções nos referidos índices, inabilitará a empresa **caso** esta não possua um capital social mínimo de 10% do valor total estimado desta Tomada de Preços, independente dos valores dos itens cotados;

Certidão Negativa de Falência, concordata e/ou recuperação judicial expedida pelo(s) distribuidor(es) da sede da pessoa jurídica **em conjunto** com certidão ou declaração expedida por órgão competente, informando a quantidade e as competências dos Distribuidores da Comarca da sede da pessoa jurídica.

* + - 1. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como Pequenos Negócios seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
         1. A existência de situação prevista no item 8.4. no momento de emissão do C.R.C. não veda a emissão do mesmo, que deverá constar quais documentos estão com irregularidade.
      2. Os documentos necessários ao credenciamento habilitação e ao credenciamento poderão ser apresentados em original, cópia ou publicação em órgão oficial e serão retidos para oportuna juntada no processo administrativo;
         1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital (cópia).
      3. Os documentos apresentados em original não serão devolvidos, permanecendo integrantes ao processo licitatório.
      4. Todos os documentos expedidos pela empresa deverão ser subscritos por seu representante legal.
      5. Caso haja documentos redigidos em idioma estrangeiro, os mesmos somente serão considerados se:

1. Estiverem devidamente registrados nos órgãos competentes do país de origem;
2. Estiverem devidamente legalizados em órgão do Ministério do Exterior do Brasil, podendo ser em repartição consular do Brasil no país de origem;
   * + 1. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.
          1. Serão considerados os prazos de validade expressos nos documentos.

Para os documentos que não apresentarem esta informação, será considerado como prazo de validade o período de 180 (cento e oitenta) dias a partir de sua emissão, com exceção dos atestados de capacidade técnica que por Lei é vedada a limitação de tempo;

Os certificados/certidões deverão ter prazo de validade com vencimento até, no mínimo, a data marcada para a abertura dos envelopes.

* + - * 1. As declarações exigidas neste edital, a serem firmadas pelo licitante, deverão estar datadas em, no máximo, 30 (trinta) dias antes da data marcada para a abertura dos envelopes.
        2. Todos os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante e com número do CNPJ e endereço respectivo.

Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que pela própria natureza, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz.

* + - 1. Verificada o atendimento as exigências para a emissão do C.R.C., o mesmo será emitido e enviado para o representante da empresa solicitante, em até 24 horas antes do certame.
    1. **DO CREDENCIAMENTO**
       1. Na data, horário e local estabelecido neste Edital, na presença das licitantes presentes e demais pessoas que por ventura assistam ao Ato Público, a Comissão Municipal de Licitação, dará início a abertura desta licitação, mediante o recebimento da documentação referente à identificação dos representantes legais das licitantes, bem como dos envelopes devidamente lacrados e rubricados em todos os cantos e ambos os lados: **"DOCUMENTAÇÃO - HABILITAÇÃO"** e de **"PROPOSTA DE PREÇOS"**, seguindo a seguinte rotina que se apresenta.
       2. O licitante deverá estar devidamente representado no certame.
          1. Somente será admitido 01 (um) representante por empresa, que deverá apresentar à Comissão Municipal de Licitação documento de identidade, instrumento procuratório, com a sua designação expressa para representar a licitante, ou cópia do contrato social, comprovando tratar-se de sócio com poderes para responder pelos direitos e obrigações da licitante.
          2. É expressamente vedada a participação de pessoas físicas ou jurídicas que participaram da elaboração do projeto básico relativo ao objeto da licitação.
       3. Somente os representantes legais, devidamente identificados e presentes na sala de reunião, poderão pronunciar-se no curso dos trabalhos.
       4. Declarada a abertura da sessão, não mais serão admitidos novos proponentes.
          1. Não serão admitidos atrasos.

# Para o Credenciamento deverão ser entregues a Comissão de Licitação:

* + - * 1. No ato de credenciamento, o representante de cada empresa licitante deverá apresentar, simultaneamente, os 2 (dois) envelopes fechados, indevassáveis e rubricado em todos os cantos em ambos os lados, sendo:

**ENVELOPE Nº 01– DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**ENVELOPE Nº 02– PROPOSTA COMERCIAL**

* + - * 1. Tratando-se de procurador deverá ser apresentado o instrumento de procuração público ou particular junto e/ou Instrumento de Credenciamento (modelo Anexo III deste Edital) do qual constem poderes específicos para participação neste tipo de ato.
        2. O representante legal e/ou procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação com foto, bem como a cópia do mesmo.
        3. A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo autorização expressa da Presidente da Comissão de Licitação.

# Deverão ser apresentados fora dos Envelopes nºs 1 e 2, no momento do Credenciamento, o Instrumento de Credenciamento (modelo Anexo III), assim como a Declaração de Pleno Atendimento (modelo Anexo V), sob pena de desclassificação.

* + - 1. **Para fins de obtenção dos benefícios previstos na Lei Complementar Federal nº 123/06, os proponentes deverão apresentar, fora dos Envelopes nºs 1 e 2, no momento do Credenciamento, a Declaração de Equiparação de Pequenos Negócios (modelo Anexo IX), nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06.**
      2. É admitido o envio dos envelopes pelo Correio, contudo as empresas que não fizerem o credenciamento *in loco*, não terão participação ativa durante o presente certame, impedidas, portanto, de assinar e rubricar todos e quaisquer documentos e atas, solicitar vistas, esclarecimentos e informações, requerer impugnações e/ou reconsiderações, interpor recurso, inclusive aqueles relativos à fase de HABILITAÇÃO, atos e decisões formais da Presidência da Comissão de Licitação, sob pena de preclusão.
      3. O credenciado só poderá representar uma empresa.
      4. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.
      5. A não apresentação ou incorreções no Instrumento de Credenciamento, **NÃO INABILITA** o **LICITANTE** que será considerado sem **REPRESENTANTE CONSTITUÍDO**, participando, porém, de todas as fases do Processo, como **OBSERVADOR**, podendo ser revalidada essa condição, em qualquer fase/momento do presente Processo.
      6. Após a conferência das exigências para o credenciamento pela Comissão de Licitação, tais documentos deverão ser disponibilizados para todos os representantes credenciados, para conferência e rubrica dos documentos.
    1. **DA HABILITAÇÃO**
       1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante, a Comissão de Licitação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
          1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis](http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis));
          2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\_adm/consultar\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
          3. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU ([https://portal.tcu.gov.br/responsabilizacao-publica/licitantes- inidoneos/](https://portal.tcu.gov.br/responsabilizacao-publica/licitantes-inidoneos/));
          4. A consulta aos dois cadastros – CEIS e CNJ –,na fase de habilitação, é recomendação do TCU (Acórdão n° 1.793/2011 – Plenário). Trata-se de verificação da própria condição de participação na licitação.
          5. **Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3. acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (**<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>**).**
       2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante, por força do artigo 12 da Lei Federal n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
       3. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões.
       4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Presidente da Comissão de Licitação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas.
       5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
       6. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua inabilitação.
       7. Constatada a existência de sanção, o Presidente da Comissão de Licitação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

# No envelope “A” – Habilitação deverá ser identificado e constar obrigatoriamente:

**Envelope "A"- DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/2021**

**dia 11 de agosto de 2021, às 10:00 horas**

**Identificação da Empresa**

* + - 1. Em seu conteúdo deverá conter:
         1. C.R.C. com validade emitido com o efeito de autorização à participação na TOMADA DE PREÇOS.
         2. Na hipótese da apresentação do Certificado de Registro Cadastral – C.R.C., não serão aceitos os documentos com prazo de validade vencido, sendo obrigatória à apresentação da cópia reprográfica do documento dentro do prazo de validade.

Havendo alguma restrição na documentação para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de (05) cinco dias úteis, contados da declaração do vencedor do certame, podendo este ser prorrogado por igual período a critério da Presidente da Comissão de Licitação, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, devendo a empresa interessada apresentar as respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, conforme art. 43, §1º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Presidente da Comissão de Licitação convocar para nova sessão pública os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação, conforme § 1º e 2º do artigo 43 da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

* + - * 1. Uma (01) via do Certificado de Comparecimento ao local de execução da obra, sendo tal ação de livre vontade da licitante, conforme Anexo IV.

# Qualificação Técnica

Atestado (s) fornecido (s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando a execução fiel do cumprimento de contrato compatível com as características semelhantes, equivalentes ou superiores às do objeto dessa licitação (construção/reforma), devidamente registrados em Conselho Regional Competente - Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU.

Comprovação de registro da Pessoa Jurídica em entidade profissional competente - Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU;

Comprovação de possuir em seu quadro permanente ou através de contrato de prestação de serviço, na data prevista para a entrega da proposta, profissional de nível superior, ou outro devidamente reconhecido pelo Conselho Regional Competente – CREA e/ou CAU- detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes.

Os profissionais indicados pela empresa licitante para fins de comprovação da qualificação técnica acima descrita, nos termos do §º 10 do art. 30 da Lei 8.666/93, deverão participar do serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Secretaria Especial de Fiscalização de Obras Públicas da Prefeitura Municipal de Teresópolis.

Mesmo que o licitante possua o Certificado de Registro Cadastral - CRC, emitido pelo Departamento de Suprimentos e Licitações da Secretaria Municipal de Administração, **deverão ser apresentados os documentos de qualificação técnica exigidos neste edital.**

* + - 1. Os habilitados passarão a fase de abertura das propostas.
      2. Após a fase de habilitação não serão aceitos pedidos de retiradas de propostas, sujeitando-se a licitante ao julgamento até o final do certame.
      3. Verificando-se no curso da análise o descumprimento dos requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos a proponente será desclassificada/inabilitada.
      4. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.
      5. Em nenhuma hipótese serão recebidos documentos de habilitação e proposta fora do prazo estabelecido neste Edital, implicando os mesmos na inabilitação do licitante.
    1. **DAS PROPOSTAS**
       1. Proposta de Preço deverá ser apresentada em formato de Planilha de Preços, com preços por item, em papel timbrado da firma, devendo ser preenchida por meios mecânicos (digitada ou datilografada), datada e assinada pelo representante legal da empresa, contendo a razão social, o endereço e o CNPJ da empresa proponente, conforme modelo Propostas de Preços – Anexo II, devendo o envelope ser identificado da seguinte forma:

**Envelope "B" –PROPOSTA DE PREÇOS PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/2021**

**dia 11 de agosto de 2021, às 10:00 horas**

**Identificação da Empresa**

* + - 1. Da proposta deverá constar obrigatoriamente:
         1. Preços unitários em moeda nacional (Real), com no máximo duas casas decimais e valor total da proposta;
         2. Prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a **90 (noventa) dias**;
         3. Prazo para conclusão que deverá ser de acordo com item 7.1 deste Edital e cronograma físico-financeiro da obra;
         4. Planilha orçamentária, apresentada em formato Excel, com preços por item, em papel com logo da empresa, devendo ser preenchida por meios mecânicos (digitada), datada e assinada pelo representante legal da empresa, contendo a razão social e o CNPJ. da firma proponente, a composição de custos unitários, a totalidade dos serviços e respectivos quantitativos estimados pela Administração, e o detalhamento de encargos sociais e do **BDI** que integram o orçamento (conforme Anexo XVI), **CONTENDO A REDUÇÃO PERCENTUAL OFERECIDA DISTRIBUÍDA DE FORMA UNIFORME** em todos os itens da planilha (conforme item 13.1). Deverá constar do cabeçalho da planilha, o percentual do BDI aplicado, não sendo permitido utilizar BDI maior que o adotado pelo Município.
         5. É necessário que a planilha orçamentária que se refere à alínea anterior seja apresentada em **formato digital (XLS - Excel), através de dispositivo de armazenamento,** para facilitar a conferência dos valores nela expressos.
         6. Havendo erro material ou divergência nas planilhas mencionadas nos itens 11.2.3 e 11.2.5 apresentadas pelo licitante vencedor, será concedido um prazo de 3 (três) dias úteis para os devidos reajustes indicados pelo setor técnico responsável, sob pena de desclassificação caso não apresentadas no prazo.
         7. Declaração de que preenche, em seus quadros, o percentual mínimo de empregados beneficiários da Previdência Social reabilitados ou com pessoa portadora de deficiência habilitada (Anexo Modelo XI), na seguinte proporção:

I - de cem a duzentos empregados, 2% (dois por cento);

II- de duzentos e um a quinhentos empregados, 3% (três por cento); III – de quinhentos e um a mil empregados, 4% (quatro por cento); IV – mais de mil empregados, 5% (cinco por cento).

V – A empresa que possuir em seu quadro menos de 100 (cem) empregados está isenta do cumprimento do art. 93 da Lei Federal nº 8.213/91, devendo, no entanto, apresentar declaração informando a quantidade existente em seu quadro funcional.

**A declaração descrita no caput deste subitem será utilizada como critério de desempate, consoante previsão insculpida na Lei nº 8.666/1993, de forma que sua não apresentação não inabilita o licitante.**

* + 1. **DA ABERTURA DAS PROPOSTAS**
       1. A abertura dos envelopes “B”, que contém as propostas, será posterior a abertura do envelope “A”, referente a habilitação dos concorrentes, desde que transcorrido o prazo de Lei sem interposição de recursos, ou deles tenha havido desistência expressa ou após o julgamento daqueles por ventura interpostos.
       2. Os documentos de habilitação, bem como as propostas, deverão ser rubricados pelos representantes legais das empresas licitantes, representantes da Secretaria Especial de Fiscalização de Obras e pelos membros da Comissão de Licitação sendo, a seguir, lavrada ata circunstanciada.

# O valor máximo estimado da presente licitação é de R$ 434.501,19 (quatrocentos e trinta e quatro mil, quinhentos e um reais e dezenove centavos), conforme Planilha Estimativa (Anexo XVI).

* + - * 1. Serão desclassificadas as propostas que ofertarem preços acima deste valor e deste percentual nos termos do inciso X do art. 40 c/c o inciso II do art. 48, ambos da Lei Federal nº 8.666/93.
        2. Os impostos, taxas e demais encargos deverão estar inclusos no valor da proposta.
      1. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor das propostas apresentadas, ou anexado às mesmas, qualquer tipo de documento, que importe em modificações de seus termos originais.
      2. No caso de divergência entre as informações contidas na documentação considerada acessória ou complementar à proposta e nos termos da proposta específica, prevalecerão os termos da proposta e o seu **valor por extenso**.
      3. É fixado uma faixa de admissibilidade de erro de cálculo da proposta de 0,1% da estimativa oficial para as variações a maior ou a menor, dentro da qual não se desclassifica a proposta, retificando-se apenas as incorreções para julgamento pelo seu exato valor.
    1. **DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO**
       1. O julgamento das propostas será efetuado pela Comissão Municipal de Licitações e um representante da Secretaria solicitante, obedecendo ao critério de **MENOR PREÇO GLOBAL, sendo vencedora a proposta que apresentar a MAIOR REDUÇÃO PERCENTUAL distribuída de forma uniforme em todos os itens da planilha.**
       2. No caso de empate entre duas ou mais propostas, a classificação se fará obrigatoriamente, conforme determina o art. 3º § 2º da Lei Federal nº.8.666/93, sendo respeitado o que estabelece a Lei Complementar Federal nº 123, de 2016.
       3. Com base nessa classificação, será assegurada às licitantes Pequenos Negócios, conforme classificação da Lei Complementar Federal nº 123, de 2016 e suas posteriores modificações, e que apresentaram a **Declaração de Equiparação de Pequenos Negócios (modelo Anexo IX)** preferência à contratação, pelas seguintes regras:
          1. O Presidente da Comissão de Licitação convocará o Pequeno Negócio, detentor da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 10% (dez por cento) ao valor da proposta melhor classificada, para que apresente preço inferior ao da melhor classificada, no prazo de 20 (vinte) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.
          2. A convocação será feita mediante sorteio, no caso de haver propostas empatadas, nas condições do subitem 13.3.1. deste Edital.
          3. Não havendo a apresentação de novo preço, inferior ao preço da proposta melhor classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais enquadradas Pequenos Negócios, cujos valores das propostas, se enquadrem nas condições indicadas no subitem 13.3.1. deste Edital.
          4. Caso a detentora da melhor oferta esteja equiparada aos Pequenos Negócios, como a Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas posteriores modificações, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do preço.
          5. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
          6. O Pequeno Negócio mais bem classificado poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
          7. Não ocorrendo a contratação do Pequeno Negócio, na forma do inciso I do caput deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar Federal nº 123/06 e suas alterações posteriores, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
          8. No caso de equivalência dos valores apresentados pelos Pequenos Negócios que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar Federal nº 123/06 e suas alterações posteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
          9. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no caput deste artigo, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
       4. A homologação dos procedimentos bem como a adjudicação do objeto caberá à Secretaria Municipal de Educação, que poderá, ainda, anular ou revogar a presente Licitação por despacho motivado, sem que caiba às proponentes direito a qualquer indenização.
    2. **DOS RECURSOS**
       1. Os recursos interpostos contra às decisões proferidas pela Comissão Municipal de Licitações somente serão acolhidas nos termos da Lei 8.666/93, mediante requerimento protocolado no Protocolo Geral do Município, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:
          1. habilitação ou inabilitação do licitante;
          2. julgamento das propostas;
          3. anulação ou revogação da licitação;
          4. indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
          5. rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do artigo 79 desta Lei;
          6. aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa.
       2. Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
    3. **DA CONTRATAÇÃO**
       1. Após a adjudicação e homologação, a Administração Municipal, através da Procuradoria Geral convocará o licitante/vencedor em até 30 (trinta) dias, para que este assine o termo de contrato.
          1. Se o licitante/vencedor deixar de assinar o Contrato dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento da notificação ou da comunicação para assinatura do contrato, e sem justificativa apresentada por escrito, caducará o seu direito de vencedor, sujeitando-se às penalidades em conformidade com o disposto no artigo 81 e parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.
       2. Na hipótese do não comparecimento do convocado, fica caracterizada a recusa injustificada do adjudicado, levando a Administração a convocar os licitantes remanescentes, em ordem de classificação, nas mesmas condições do primeiro colocado, levando o infrator às penas da lei.
       3. O prazo acima estabelecido poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, desde que seja alegado fato relevante, comunicado à Administração, e esta o aceite.
       4. Havendo necessidade, e com pedido devidamente justificado nos autos, o contrato poderá ser prorrogado na forma do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.
       5. O contrato firmado com o licitante contratado poderá ser alterado na forma do art. 65, incisos alíneas e parágrafos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.
    4. **DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.**
       1. Responsabiliza-se a contratada por danos causados ao Município ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não se eximindo dessa responsabilidade quando houver acompanhamento da execução por Órgão do Município.
       2. Responsabiliza-se a contratada por manter durante toda a execução do contrato as mesmas condições exigidas para a sua habilitação no certame.
       3. O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
       4. A licitante/contratada deverá ter um diário de obra no local da mesma, sendo o mesmo aberto no dia de início da obra e devendo ser assinado pelo engenheiro(a) da licitante/contratada e pelo(a) fiscal designado(a) pela Prefeitura Municipal de Teresópolis para acompanhar a mesma.
       5. A licitante/contratada deverá apresentar o comprovante de pagamento da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica do Conselho de Classe estadual).
    5. **DAS GARANTIAS**
       1. A Administração exigirá do licitante vencedor o fornecimento de uma garantia, cabendo ao contratado optar por uma das seguintes modalidades abaixo relacionadas:

1. Caução em dinheiro ou título de dívida pública;
2. Seguro Garantia;
3. Fiança Bancária.
   * + 1. A garantia que se refere o “caput” deste artigo será de 5% (cinco por cento) do valor do contrato e terá seu valor atualizado nas mesmas condições daquele.
       2. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e atestado de recebimento pelo Secretário requisitante, e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.
     1. **CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**
        1. O pagamento das faturas, devidamente atestadas pela Secretaria Especial de Fiscalização de Obras, será efetuado através de medições mensais realizadas pela fiscalização da Secretaria Especial de Fiscalização de Obras.
        2. Representante do contratado deverá formalizar processo de pagamento no Protocolo Geral do Município, contendo:
4. Nota Fiscal com o correto detalhamento dos itens fornecidos;
5. Relatório de execução, quando for o caso;
6. Cópia do contrato ou instrumento equivalente, inclusive eventuais aditivos;
7. Nota de empenho;
8. Comprovação de regularidade fiscal com as Fazendas:
   1. Federal (Certidão Conjunta da Dívida Ativa da União e Receita Federal);
   2. Estadual (ICMS e Dívida Ativa, conforme resolução conjunta PGE/SER Nº 033 de 24 de novembro de 2004 para o Estado do Rio de Janeiro) e;
   3. Municipal do domicílio ou sede do licitante, conforme legislação municipal;
9. Pagamento da tarifa do Protocolo Geral, quando for o caso.
   * + 1. A última medição (parcela) estará vinculada ao aceite provisório da obra (as medições obedecerão ao Cronograma Físico Financeiro).
       2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação das faturas.
       3. Ocorrendo atraso no pagamento dentro do prazo estabelecido acima, o valor será acrescido de 1% (um por cento) de juros de mora ao mês *pro rata tempore*, bem como, a título de compensação financeira, de 1% (um por cento) ao mês, *pro rata dia*.
       4. Ocorrendo antecipação no pagamento dentro do prazo estabelecido para pagamento, a Prefeitura Municipal de Teresópolis, fará jus a um desconto na razão de 1% (um por cento) ao mês, *pro rata dia*.
       5. Os processos de pagamento terão sua entrada no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Teresópolis e deverão conter 01 cópia do contrato; 01 cópia do termo aditivo (quando for o caso); cópia da planilha apresentada na licitação; documento comprobatório de regularidade fiscal e trabalhista; 02 cópias da planilha de medição, sendo 01 para o processo e outra para a Secretaria Especial de fiscalização de Obras e Nota Fiscal.
       6. Para aceitar a medição citada no item anterior, a contratada deverá manter placa e diário de obra, bem como apresente a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) paga.
       7. As medições dos serviços obedecerão ao Cronograma Físico - Financeiro, que será ajustado em função de inícios ou reinícios de etapas das obras em dias diferentes do primeiro dia útil de cada mês.
       8. As medições serão processadas independentemente de solicitação da Adjudicatária. A primeira será realizada em até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento da ordem de início, e as subsequentes no período de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do encerramento da medição anterior.
       9. Não serão considerados nas medições quaisquer serviços executados, mas não discriminados na Planilha de Custos, ou em suas eventuais alterações no curso das obras.
       10. Para obtenção do valor de cada medição, será observado o seguinte procedimento:
10. As quantidades medidas serão multiplicadas pelos respectivos preços unitários;
11. O valor de cada medição corresponderá ao somatório dos produtos finais obtidos nos termos da alínea anterior.
    * + 1. Na medição final ou na medição única, será anexado um cadastro técnico das obras realizadas, com todas as plantas, detalhes e especificações.
        2. As medições deverão ser acompanhadas das memórias de calculo com a indicação dos locais de execução e das dimensões de cada parte ou trecho de item medido.
        3. Eventualmente poderão ser medidos serviços em quantitativo superior à estimativa mensal prevista na Planilha Orçamentária, quando se fizer necessário ao atendimento da consecução do objeto da presente contratação, desde que não ultrapasse o valor global contratado, e desde que previamente autorizado pela Secretaria Especial de Fiscalização de Obras.
      1. **RECEBIMENTO DO OBJETO**
         1. Executados as obras, seu objeto será recebido nos termos do art. 73, inciso I, Alíneas “a” e “b” da Lei Federal nº 8.666/93.
         2. **A adjudicatária é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto da licitação, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou má qualidade dos materiais empregados.**
         3. Quinze dias após a apresentação do comunicado previsto na cláusula 7.3 deste edital, será dado termo provisório de recebimento da obra.
         4. Até noventa dias após a conclusão da mesma será dado Aceite Definitivo da obra.
         5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança das obras, nem a ética-profissional pela sua perfeita execução.
      2. **DO REAJUSTE**
         1. Os preços, em moeda corrente nacional, serão considerados irreajustáveis para valores superiores aos originalmente propostos durante o período originariamente contratado.
         2. Na possibilidade do contrato a ser firmado com a licitante vencedora ter seu prazo prorrogado, os preços que vierem a ser pactuados para prestação dos serviços, serão fixos e irreajustáveis por 12 (doze) meses, a iniciar contagem a partir da data da apresentação das propostas de preços. A partir do 13º (décimo terceiro) mês, os preços serão reajustados com base na variação das tabelas constantes no orçamento.
         3. Independentemente do tempo decorrido da vigência do contrato, as partes poderão avaliar os preços contratados, visando o restabelecimento da relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da Contratada e a retribuição da Contratante par justa remuneração dos serviços prestados, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico inicial do Contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
         4. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste para mais ou para menos, conforme o caso.
      3. **DAS PENALIDADES**
         1. Ao vencedor, adjudicado e contratado, que se tornar inadimplente pela execução do OBJETO - descrito na cláusula II desta TOMADA DE PREÇOS, pela escusa ou descumprimento da sua garantia, como proposto, serão aplicadas as seguintes penalidades:
            1. Advertência por escrito;
            2. Multa de 5% (cinco por cento) calculada sobre a parte não cumprida do contrato, na dependência da gravidade do dano, tudo de acordo com a decisão da autoridade competente;
            3. Multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor global do contrato na hipotese de inexecução total do ajuste;
            4. Multa de 1% (um por cento) sobre o valor do contrato, caso a contratada se recuse ou não compareça para assinatura do contrato, na hipótese da cláusula 15.2 deste edital.
            5. Suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração por um período de até 24 (vinte e quatro) meses, sempre de acordo com a gravidade do fato e a decisão da autoridade competente;
            6. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração até a reabilitação do contratado perante a autoridade que prolatou a decisão, sempre após o ressarcimento de danos.
         2. As sanções de multa poderão ser aplicadas conjuntamente com as demais estabelecidas pelos subitens 21.1.1., 21.1.4. e 21.1.5., na dependência da falta cometida, a critério da Administração, tudo sem prejuízo da comunicação dos fatos ao Tribunal de Contas do Estado.
         3. Será garantido, nesse caso, ao contratado, o exercício do direito estabelecido nos parágrafos 2º e 3º do artigo 87 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.
      4. **DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:**
         1. Até 05 (cinco) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital, sendo o prazo limite para Licitantes de até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de propostas, conforme art. 41 § 2º da lei Federal nº 8.666/93.
         2. Para efeito de antecipação, a impugnação poderá ser iniciada por forma eletrônica, pelo e-mail [licitacao.impugnacao@teresopolis.rj.gov.br,](mailto:licitacao.impugnacao@teresopolis.rj.gov.br)  **devendo a mesma ser formalizada por petição protocolada no Protocolo Geral**, localizado na Avenida Feliciano Sodré, nº 675, Várzea, Teresópolis, RJ, contendo:

**Assunto: T.P. nº - IMPUGNAÇÃO - Razão Social da solicitante;**

* + - 1. No corpo da solicitação: Razão Social da Empresa; nome completo da Pessoa Física (representante da empresa e solicitante representante), CNPJ/CPF, Telefone para Contato, E-mail; razões fundamentadas
      2. Caberá a Comissão de Licitação, com parecer da Autoridade Superior Requisitante, decidir sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis.
      3. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração no edital não afetar a formulação da proposta.
      4. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados a Comissão de Licitação, até 02 (dois) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, para os e-mails [licitacao.impugnacao@teresopolis.rj.gov.br](mailto:licitacao.impugnacao@teresopolis.rj.gov.br) ou [sma.licitacao@teresopolis.rj.gov.br](mailto:sma.licitacao@teresopolis.rj.gov.br) contendo:

Assunto: T.P.nº - ESCLARECIMENTO - Razão Social da solicitante

* + - 1. No corpo da solicitação: Razão Social da Empresa; nome completo da Pessoa Física (representante da empresa e solicitante representante), CNPJ/CPF, Telefone para Contato, E-mail; questionamentos.
      2. Caberá ao Presidente da Comissão de Licitação prestar os esclarecimentos, com apoio, quando necessário da Secretaria Requisitante, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.
      3. Quaisquer informações, esclarecimentos ou dados fornecidos verbalmente por servidores do Município, inclusive membros do Departamento de Suprimentos e Licitações, bem como a Comissão de Licitação não serão considerados nem aceitos como argumentos para impugnações, reclamações, reivindicações, etc., por parte dos proponentes.
      4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
      5. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pela Comissão de Licitação serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.
    1. **DISPOSIÇÕES FINAIS**
       1. Aplica-se aos casos omissos a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.
       2. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.
       3. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registrados as Ocorrências relevantes e que, ao final será assinada pela Comissão de Licitação, assim como pelos representantes proponentes presentes.
       4. Os interessados poderão adquirir o Edital, no Departamento de Suprimento e Licitação, no Centro Administrativo Prefeito Celso Dalmaso, situado na Avenida Feliciano Sodré, nº 611, 3º andar - Várzea, Teresópolis, no horário das 09:00 às 18:00 horas. Informações pelos telefones: (0XX21) 2742-3352 e (0XX21) 2742-3885, a partir das 09:00 horas, ou pelo endereço eletrônico desta Prefeitura ([www.licitacao.teresopolis.rj.gov.br](http://www.teresopolis.rj.gov.br/)).

# Nâo serão conhecidos recursos e/ou impugnações enviados pelo correio, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei e neste edital, o respectivo original não tiver sido protocolado no prazo legal na Protocolo Geral do Município, na Avenida Felicano Sodré, nº 675, Várzea, Teresópolis, RJ.

* + - 1. É facultada a Presidente da Comissão de Licitação ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
      2. Fica assegurada ao Presidente da Comissão de Licitação o direito de, no interesse da Administração anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando a devida ciência aos participantes na forma da legislação vigente.
      3. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e de apresentação de suas propostas sendo que a Administração Municipal não será, em nenhum caso, responsável por esses custos independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
      4. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
      5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente no horário e local aqui estabelecidos, desde que não haja comunicação expressa da Presidente da Comissão de Licitação ao contrário;
      6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e vencendo em dias de expediente;
      7. As normas que disciplinam esta Licitação serão sempre interpretadas a favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não haja comprometimento da segurança do mesmo;
      8. Não serão considerados motivos para inabilitação ou desclassificação, simples omissões ou irregularidades materiais (erros datilográficos, concordância verbal, etc.) da documentação, da proposta e de seus invólucros, desde que sejam irrelevantes, não prejudiquem o processamento da licitação e o entendimento da proposta, ficando a decisão a critério da Presidente da Comissão de Licitação.
      9. Quaisquer dúvidas relativas à presente licitação serão dirimidas pelo Presidente da Comissão de Licitação, que poderá solicitar apoio da Assessoria Jurídica da Administração, bem como consulta a Secretaria Requisitante;
      10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública da Licitação.
      11. Fica a cargo da empresa proponente, em caso de inabilitação, retirar o envelope de documentos de habilitação (ENVELOPE A) no Departamento de Suprimento e Licitação, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias corridos, após a homologação ou conclusão do processo, sendo que quando não retirado será incinerado pela comissão, independentemente de qualquer aviso ou notificação.
      12. O Departamento de Suprimentos e Licitações poderá, dependendo do volume de documentos, e depois da análise e rubrica dos representantes dos proponentes, sobrestar o certame pelo prazo que determinar suficiente, com a finalidade de, com a devida cautela, promover nova análise na documentação.
      13. Após a realização da Licitação, os autos do respectivo processo permanecerão com vista franqueada aos interessados conforme estabelece a Lei de Acesso a Informação;
      14. O Atestado de Capacidade Técnica deverá ser solicitado através de processo administrativo contendo: cópia do contrato, cópia do(s) termo(s) aditivo(s) (quando for o caso), especificação, planilha e cronograma físico-financeiro da licitante/contratada.
      15. O foro da Cidade de Teresópolis, será o único competente para dirimir e julgar toda e qualquer dúvida relativa ao presente procedimento, com exclusão de qualquer outro.

**Teresópolis, 26 de julho de 2021.**

**SATIELE DE SEQUEIRA SANTOS**

**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**MAT.: 1.14054-1**

**ANEXO I**

**MINUTA DE CONTRATO**

# CONTRATO que entre si firmam o PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS e a empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_., tendo por objeto o fornecimento pela empresa contratada, de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, na forma abaixo:

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 29.138.369/0001-47, com sede administrativa na Avenida Feliciano Sodré, 675, Várzea, Teresópolis, RJ, doravante denominado “contratante”, neste ato representado pelo Sr. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, nacionalidade, estado civil, profissão, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ exp. pelo \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, consoante disposto no Decreto Municipal nº 3.163 de 19 de outubro de 2004, e de outro lado, como “Contratada”, a empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com sede na \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, neste ato representada pelo Sr. *\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_*, nacionalidade, estado civil, profissão, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ exp. pelo \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, residente e domiciliada na Rua \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, firmam o presente contrato de conformidade com o Processo Administrativo nº. \_\_\_\_\_\_\_\_\_, que se regerá pela Lei 8.666/93 e pelas cláusulas e condições seguintes: PRIMEIRA: DO OBJETO: 1.1. - O presente tem por objeto o fornecimento pela empresa contratada, de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_; 1.2. – Para cumprimento do objeto descrito no item 1.1, a empresa contratada se obriga ao fornecimento de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_; SEGUNDA: DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: 2.1. O valor global da presente Tomada de Preços é de R$ \_\_\_ (\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_) referentes à \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_; 2.1.2. Os materiais / serviços serão entregues nos locais determinados pela Secretaria Municipal de \_\_\_\_\_\_\_, conforme solicitação; 2.2. - A Secretaria Municipal de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, atestará o recebimento dos \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_; 2.3. - O pagamento das faturas, devidamente atestadas pela Secretaria Especial de Fiscalização de Obras Públicas, será efetuado através de medições mensais realizadas pela fiscalização onde serão apenas liberados os eventos que estiverem 100% concluídos e datados para o período de cada medição (para contratos com regime de execução empreitada por preço global)., formalizado no Protocolo Geral desta Prefeitura devendo o Licitante apresentar, a cópia do contrato, da nota de empenho e da nota fiscal. 2.4. Ocorrendo atraso no pagamento dentro do prazo estabelecido, o valor será acrescido de 1% (um por cento) de juros de mora ao mês “pro rata tempore”, bem como, a título de compensação financeira, de 1% (um por cento) ao mês, pro rata dia. 2.5. Ocorrendo antecipação no pagamento dentro do prazo estabelecido, a Prefeitura Municipal de Teresópolis, fará jus a um desconto na razão de 1% (um por cento) ao mês, pro rata dia. 2.6. Os preços inicialmente contratados serão irreajustáveis, no período originalmente contratado, ressalvada a hipótese do art. 65 e incisos da Lei nº 8.666/1993. TERCEIRA: DO FUNDAMENTO – O presente Contrato é oriundo do procedimento licitatório denominado TOMADA DE PREÇOS Nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93, alterada e consolidada pela Lei Federal nº. 8.883/94 e demais legislações Municipais aplicáveis à espécie. QUARTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS - As despesas decorrentes do presente instrumento correrão por conta das seguintes Dotações Orçamentárias: Unidade: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_– Funcional: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_– Projeto/Atividade: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ – Elemento: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ – Cód. Detalham.: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ - Código reduzido: \_\_\_\_\_\_\_ - Nota de Empenho nº. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, emitida em \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_; QUINTA: DO PRAZO - 5.1. O presente contrato iniciar-se-á a partir da data de sua assinatura e terá vigência até o dia \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. 5.2. Havendo necessidade e com pedido devidamente justificado nos autos, os prazos de início das etapas de execução, de conclusão e de entrega do objeto do presente poderão ser prorrogados na forma do Art. 57 seus incisos e parágrafos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. SEXTA: DAS GARANTIAS - 6.1.- Como garantia para o bom e fiel cumprimento do Contrato, a Contratada prestará garantia, em uma das modalidades indicadas no edital, na proporção de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato; 6.2.- O valor a que se refere o item anterior será recolhido através de guia própria (D.A.M.), junto à Secretaria Municipal de Fazenda, no ato em que se der o pagamento da primeira fatura do contrato; 6.3.- A importância a que se refere o item anterior será liberada e percebida pela Contratada em uma única parcela, após o recebimento definitivo do objeto contratual a ser formalizado pela Secretaria responsável por sua fiscalização, conforme determina a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. SÉTIMA: DAS PENALIDADES: 7.1. Ao vencedor, adjudicado e contratado, que se tornar inadimplente pela execução do OBJETO, pela escusa ou descumprimento da sua garantia, como proposto, serão aplicadas as seguintes penalidades: 7.1.1. Advertência por escrito; 7.1.2. Multa de 5% (cinco por cento) calculada sobre a parte não cumprida do contrato, na dependência da gravidade do dano, tudo de acordo com a decisão da autoridade competente; 7.1.3. Multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor global do contrato na hipotese de inexecução total do ajuste; 7.1.4. Multa de 1% (um por cento) sobre o valor do contrato, caso a contratada se recuse ou não compareça para assinatura do contrato, na hipótese da cláusula 15.2 do edital. 7.1.5. Suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração por um período de até 24 (vinte e quatro) meses, sempre de acordo com a gravidade do fato e a decisão da autoridade competente; 7.1.6. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração até a reabilitação do contratado perante a autoridade que prolatou a decisão, sempre após o ressarcimento de danos. 7.2. As sanções de multa poderão ser aplicadas conjuntamente com as demais estabelecidas pelos subitens 7.1.1., 7.1.4. e 7.1.5., na dependência da falta cometida, a critério da Administração, tudo sem prejuízo da comunicação dos fatos ao Tribunal de Contas do Estado. 7.3. Será garantido, nesse caso, ao contratado, o exercício do direito estabelecido nos parágrafos 2º e 3º do artigo 87 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores. OITAVA: DA RESCISÃO- Constituem motivos para a rescisão do presente contrato: 8.1. - O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos, ou o seu cumprimento irregular; 8.2.- A lentidão do seu cumprimento levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do objeto contratual nos prazos estipulados; 8.3- O atraso injustificado no início da execução do objeto contratual; 8.4. - A paralisação do fornecimento sem justa causa e prévia comunicação à Administração; 8.5.- A subcontratação total ou parcial do objeto contratual, a associação da contratada com outrem, sua cessão ou transferência, total ou parcial, bem como sua fusão, cisão ou incorporação; 8.6- O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução, assim como as de seus superiores; 8.7- O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da lei 8666/93; 8.8 - A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil; 8.9 - A dissolução da sociedade; 8.10- A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato; 8.11- Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Prefeito e exaradas no Processo Administrativo a que se refere o contrato; 8.12- A supressão, por parte da administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato, além do limite permitido no § 1º do Art. 65 da Lei 8666/93; 8.13- A suspensão de sua execução, por ordem escrita do Contratante, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à Contratada, nesse caso, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação; 8.14 - o atraso superior a 90 (noventa) dias do pagamento devido pelo Contratante, decorrente da execução pela Contratada, do presente Instrumento, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação; 8.15- A não liberação, por parte do Contratante, de área, local ou objeto para a execução do serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais; 8.16 - A ocorrência de caso fortuito ou força-maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato; PARÁGRAFO ÚNICO: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo, assegurado à Contratada o Direito ao contraditório e a ampla defesa; NONA: DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO: Em caso de rescisão contratual é assegurado à Administração Municipal os seguintes direitos: 9.1. - Execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração e dos valores das multas e indenizações a ela devidos; 9.2. – Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração. DÉCIMA: DO REGIME DE EXECUÇÃO: O Contrato será executado pelo regime de execução indireta sob a modalidade de preço unitário. DÉCIMA PRIMEIRA: DA TAXA DE EXPEDIENTE: Obriga-se a Contratada a proceder ao recolhimento da Taxa de Expediente, no ato de assinatura do presente. DÉCIMA- SEGUNDA: DA PUBLICAÇÃO: Obriga-se a Contratante a proceder a publicação, em extrato, do presente, no prazo legal, no órgão de imprensa que publica as matérias oficiais deste Município. DÉCIMA- TERCEIRA: DA RESPONSABILIDADE: Responsabiliza-se a Contratada por danos causados ao Município ou a Terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, na execução do presente, não excluída essa responsabilidade pela fiscalização ou pelo acompanhamento por órgão próprio do Contratante. DÉCIMA- QUARTA: DOS ENCARGOS SOCIAIS - 14.1. - Todos os encargos sociais e as obrigações previstas na C.L.T. e respectiva legislação complementar, referente ao pessoal responsável pela consecução do objeto contratual, serão de total responsabilidade da Contratada. 14.2.- O contratado se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, no que diz respeito ás suas obrigações, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; DÉCIMA- QUINTA: DA FISCALIZAÇÃO - O Contratante, através da Secretaria Municipal de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, fiscalizará a execução do objeto ora contratado. DÉCIMA- SEXTA: DA ACEITAÇÃO - A aceitação do objeto contratual ficará a cargo da Secretaria fiscalizadora. 16.1.-.Em caso de recusa de parte ou de todo o serviço, o pagamento ficará sustado, até sua regularização, contando-se dessa época o prazo de pagamento fixado na Cláusula Segunda do presente. 16.2. A contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados. DÉCIMA-SÉTIMA: DO FORO- Fica eleito o foro do Município de Teresópolis, para dirimir as questões oriundas do presente. E assim as partes justas e acordadas assinam o presente em 06 (seis) vias de igual teor e forma para que produza seus jurídicos efeitos. Teresópolis, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2021.

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ C.I. nº. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

2-\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ C.I. nº. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

# ANEXO II PROPOSTA DE PREÇOS

Pelo presente instrumento, a empresa , portadora do CNPJ XX.XXX.XXX/XXXX-XX com sede na , através de seu representante legal infra-assinado, (NOME) , nacionalidade , estado civil , profissão , portador da cédula de Identidade nº XXXXXXXXXX, expedida pela XXXXX/XX, inscrito no C.P.F. sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado a em estrito cumprimento ao previsto processo administrativo nº. 25.341/2021 e a Tomada de Preços nº 002/2021 da licitação em epígrafe, **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL CEMEI MARIANA MARTUCHELLI**, solicitado pela **Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Teresópolis** declarando:

1. Que se submete inteiramente às disposições da Lei Federal nº.8.666/93 e suas alterações posteriores; Lei Complementar nº. 101 de 04/05/2000 às exigências do Edital e as especificações dos serviços que dele fazem parte integrante;
2. Que tomou conhecimento das características e eventuais dificuldades para execução das obras e/ou serviços;
3. Que, se compromete a colocar e manter em serviço, nos prazos determinados pela **FISCALIZAÇÃO**, todos os equipamentos, veículos e pessoal necessário a fim de cumprir rigorosamente o prazo estabelecido no Edital, sob pena de suspensão de pagamento e demais cominações legais;
4. Que, se compromete a executar as obras e/ou serviços, objeto da licitação, no prazo estabelecido no cronograma oficial;
5. Que o preço total, pelo qual se propõe a executar as obras e/ou serviços será o da planilha apresentada no dia do certame, CUJA REDUÇÃO PERCENTUAL É DE: XXX % ( por cento).

***Para agilizar os trabalhos, solicitamos que as propostas, juntamente com as planilhas, sejam apresentadas de dois modos:***

***Proposta escrita, impressa nos moldes do Edital; Proposta digital, em pendrive no formato XLS (EXCEL).***

# ANEXO III

**CARTA DE CREDENCIAMENTO**

Pelo presente instrumento, a empresa , portadora do CNPJ XX.XXX.XXX/XXXX-XX com sede na , através de seu representante legal infra-assinado, (NOME) , nacionalidade , estado civil , profissão , portador da cédula de Identidade nº XXXXXXXXXX, expedida pela XXXXX/XX, inscrito no C.P.F. sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado a outorgando-lhe plenos poderes para representá-la na sessão pública do processo administrativo nº. 25.341/2021 da Tomada de Preços nº 002/2021 da licitação em epígrafe, **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL CEMEI MARIANA MARTUCHELLI**, solicitado pelaSecretaria de Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de Teresópolis**.**

Por oportuno, a outorgante declara, sob as penas da lei, a inexistência de fato impeditiva de sua participação no citado certame; declarando-se, ainda, ciente de todas as disposições relativas à licitação em causa e sua plena concordância com as condições constantes do Edital.

# (local e data)

**(nome completo, C.P.F., cargo ou função e assinatura do representante legal)**

**ANEXO IV – 1ª VIA**

**CERTIFICADO DE COMPARECIMENTO AO LOCAL E CONHECIMENTO DOS SERVIÇOS (VISITA TÉCNICA)**

Atestamos, para os fins de direito, que temos pleno conhecimento dos serviços a serem realizados, das condições gerais e particulares, e que tomamos ciência das especificações pertinentes ao objeto da TOMADA DE PREÇOS nº 002/2021.

**Carimbo com nº CNPJ**

# Representante legal da empresa Nome \*

**Identidade \***

**CPF: \***

**Profissional Responsável Técnico Nome \***

**Identidade \***

**Carimbo com nº do CREA**

**CPF: \***

**Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.**

**P/ Secretaria Especial de Fiscalização de Obras Públicas em ........ / /**

**Os campos indicados por asterisco deverão ser preenchidos pelo licitante.**

1ª Via da Empresa (Habilitação)

2ª Via da Secretaria Especial de Fiscalização de Obras Públicas**.**

# ANEXO IV – 2ª VIA

**CERTIFICADO DE COMPARECIMENTO AO LOCAL E CONHECIMENTO DOS SERVIÇOS (VISITA TÉCNICA)**

Atestamos, para os fins de direito, que temos pleno conhecimento dos serviços a serem realizados, das condições gerais e particulares, e que tomamos ciência das especificações pertinentes ao objeto da TOMADA DE PREÇOS nº 002/2021.

**Carimbo com nº CNPJ**

# Representante legal da empresa Nome \*

**Identidade \***

**CPF: \***

**Profissional Responsável Técnico Nome \***

**Identidade \***

**Carimbo com nº do CREA**

**CPF: \***

**Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.**

**P/ Secretaria Especial de Fiscalização de Obras Públicas em ........ / /**

**Os campos indicados por asterisco deverão ser preenchidos pelo licitante.**

1ª Via da Empresa (Habilitação)

2ª Via Sec da Secretaria Especial de Fiscalização de Obras Públicas**.**

# ANEXO V

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO**

Pelo presente instrumento, a empresa , portadora do CNPJ XX.XXX.XXX/XXXX-XX com sede na , através de seu representante legal infra-assinado, (NOME) , nacionalidade , estado civil , profissão , portador da cédula de Identidade nº XXXXXXXXXX, expedida pela XXXXX/XX, inscrito no C.P.F. sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado a declara ao Município de Teresópolis que atende a todas as condições de habilitação no processo administrativo nº. 25.341/2021 da Tomada de Preços nº 002/2021.

Por ser verdade, o signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

# (local e data)

**(nome completo, C.P.F., cargo ou função e assinatura do representante legal)**

**ANEXO VI**

**MODELO DE DECLARAÇÃO SOBRE TRABALHO DE MENORES**

Pelo presente instrumento, a empresa , portadora do CNPJ XX.XXX.XXX/XXXX-XX com sede na , através de seu representante legal infra-assinado, (NOME) , nacionalidade , estado civil , profissão , portador da cédula de Identidade nº XXXXXXXXXX, expedida pela XXXXX/XX, inscrito no C.P.F. sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado a outorgando-lhe plenos poderes para representá-la no processo administrativo nº. 25.341/2021 da Tomada de Preços nº 002/2021 declara a quem possa interessar, sob as penas da lei, que, para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1.999, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente.

# (local e data)

**(nome completo, C.P.F., cargo ou função e assinatura do representante legal)**

**ANEXO VII**

**MODELO DE DECLARAÇÃO CONFORME ARTIGO 88 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL**

Pelo presente instrumento, a empresa , portadora do CNPJ XX.XXX.XXX/XXXX-XX com sede na , através de seu representante legal infra-assinado, (NOME) , nacionalidade , estado civil , profissão , portador da cédula de Identidade nº XXXXXXXXXX, expedida pela XXXXX/XX, inscrito no C.P.F. sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado a , outorgando-lhe plenos poderes para representá-la na sessão pública do processo administrativo nº. 25.341/2021 da Tomada de Preços nº 002/2021, declara a quem possa interessar, sob as penas da lei, que, para os fins do disposto no artigo 88 da Lei Orgânica Municipal, que não possui no seu quadro de funcionários: dirigentes, vereadores, ocupantes de cargos comissionados e servidores municipais, bem como pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo até o segundo grau ou por adoção ou que tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anterior à data do ato convocatório.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente.

# (local e data)

**(nome completo, C.P.F., cargo ou função e assinatura do representante legal)**

**ANEXO VIII**

**CERTIFICADO DE PRESTAÇÃO DE GARANTIA CONTRATUAL - 1ºVIA DEPARTAMENTO DE TESOURARIA / SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA**

**EMPRESA \***

**CNPJ Nº \***

Pelo presente certificamos o cumprimento referente ao item 17 do Edital da TOMADA DE PREÇOS nº 002/2021, oriundo doprocesso administrativo nº. 25.341/2021, que a empresa supracitada apresentou, em anexo, documento de prestação da garantia contratual, no valor, pelo período e na modalidade abaixo discriminados, correspondente a um dosdocumentos exigidos para assinatura do Contrato, conforme permissivo da Lei Federal nº 8.666/1993:

* 1. Prestou garantia Contratual no percentual de 05 % (cinco por cento) do valor global do Contrato a ser firmado, correspondente ao valor de:R$.......................................

(.......................................................................................)\*

* 1. Pelo período \*

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **01** | **CAUÇÃO EM DINHEIRO** | **R$ XXX,XX** |
| **02** | **FIANÇA BANCÁRIA.**  **(conforme modelo da Carta de Fiança – Anexo 02)** | **R$ XXX,XX** |
| **03** | **SEGURO GARANTIA** | **R$ XXX,XX** |

# Teresópolis, ........... de de 2021.

**CARIMBO COM Nº MATRÍCULA**

**Secretaria Municipal de Fazenda**

**Observação:**

-Este Anexo deverá ser preenchido mecanicamente, pela Adjudicatária, somente nos campos indicados por asterisco (\*)

-Este Anexo deverá ser assinado e datado por funcionário responsável pelo SMF.

-A 1º via deste Anexo será retida pela Secretaria Municipal de Fazenda juntamente com o documento original de prestação de garantia.

-A 2º via deste Anexo deverá ser apresentada ao CML após a convocação da Adjudicatária para assinatura do referido Contrato.

# ANEXO VIII

**CERTIFICADO DE PRESTAÇÃO DE GARANTIA CONTRATUAL - 2º VIA DEPARTAMENTO DE TESOURARIA / SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA**

**EMPRESA \***

**CNPJ Nº \***

Pelo presente certificamos o cumprimento referente ao item 17 do Edital da TOMADA DE PREÇOS nº 002/2021, oriundo doprocesso administrativo nº. 25.341/2021, que a empresa supracitada apresentou, em anexo, documento de prestação da garantia contratual, no valor, pelo período e na modalidade abaixo discriminados, correspondente a um dosdocumentos exigidos para assinatura do Contrato, conforme permissivo da Lei Federal nº 8.666/1993:

A) Prestou garantia Contratual no percentual de 05 % (cinco por cento) do valor global do Contrato a ser firmado, correspondente ao valor de:R$.......................................

(.......................................................................................)\*

1 Pelo período \*

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **01** | **CAUÇÃO EM DINHEIRO** | **R$ XXX,XX** |
| **02** | **FIANÇA BANCÁRIA.**  **(conforme modelo da Carta de Fiança – Anexo 02)** | **R$ XXX,XX** |
| **03** | **SEGURO GARANTIA** | **R$ XXX,XX** |

# Teresópolis, ........... de de 2021.

**CARIMBO COM Nº MATRÍCULA**

**Secretaria Municipal de Fazenda**

**Observação:**

-Este Anexo deverá ser preenchido mecanicamente, pela Adjudicatária, somente nos campos indicados por asterisco (\*)

-Este Anexo deverá ser assinado e datado por funcionário responsável pelo SMF.

-A 1º via deste Anexo será retida pela Secretaria Municipal de Fazenda juntamente com o documento original de prestação de garantia.

-A 2º via deste Anexo deverá ser apresentada ao CML após a convocação da Adjudicatária para assinatura do referido Contrato.

# ANEXO IX

**MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÃO DE EQUIPARAÇÃO NA SITUAÇÃO DE PEQUENOS NEGÓCIOS E INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES**

Pelo presente instrumento, a empresa , portadora do CNPJ XX.XXX.XXX/XXXX-XX com sede na , através de seu representante legal infra-assinado, (NOME) , nacionalidade , estado civil , profissão , portador da cédula de Identidade nº XXXXXXXXXX, expedida pela XXXXX/XX, inscrito no C.P.F. sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado a outorgando-lhe plenos poderes para representá-la no processo administrativo nº. 25.341/2021 da Tomada de Preços nº 002/2021, DECLARA, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de Pequenos Negócios, nos termos da Lei Complementar Federal

n. 123/06, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação, estando enquadrado como:

( ) MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, é modalidade de Microempresa, conforme no artigo 18-A, §1º da Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006;

( ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

( ) COOPERATIVA, equiparadas a Microempresa por força do art. 34 da Lei Federal nº 11.488, de 2007, até o limitado a receita bruta anual limite no inciso II do caput do art. 3 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2016.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do §4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

# (local e data)

**(nome completo, C.P.F., cargo ou função e assinatura do representante legal)**

**Observação:**

Assinalar com um “X” a condição da empresa.

*Este formulário deverá ser entregue a Comissão de Licitação juntamente com os envelopes de Documentação e de Proposta, porém fora dos envelopes, somente pelas empresas que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto Lei Federal Complementar n.º 123/2006.*

**ANEXO X**

**MODELO DE DECLARAÇÃO SOBRE FUNCIONÁRIO INELEGÍVEL**

Pelo presente instrumento, a empresa , portadora do CNPJ XX.XXX.XXX/XXXX-XX com sede na , através de seu representante legal infra-assinado, (NOME) , nacionalidade , estado civil , profissão , portador da cédula de Identidade nº XXXXXXXXXX, expedida pela XXXXX/XX, inscrito no C.P.F. sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado a outorgando-lhe plenos poderes para representá-la na sessão pública processo administrativo nº. 25.341/2021 da Tomada de Preços nº 002/2021, declara a quem possa interessar, sob as penas da lei, que, para os fins do disposto no parágrafo único do art. 2º da Emenda à Lei Orgânica Municipal de Teresópolis, os trabalhadores que prestarão serviço ao Município não foram declarados inelegíveis em resultado de decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado relativa nas seguintes situações:

1. – representação contra sua pessoa julgada procedente pela Justiça Eleitoral em processo de abuso do poder econômico ou político;
2. – condenação por crimes contra a economia popular, a fé pública, a administração pública ou o patrimônio público.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente.

# (local e data)

**(nome completo, C.P.F., cargo ou função e assinatura do representante legal)**

**ANEXO XI**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE DISPÕE EM SEUS QUADROS FUNCIONAIS PERCENTUAL MÍNIMO DE BENEFICIÁRIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (Lei nº 8.213/91)**

Pelo presente instrumento, a empresa , portadora do CNPJ XX.XXX.XXX/XXXX-XX com sede na , através de seu representante legal infra-assinado, (NOME) , nacionalidade , estado civil , profissão , portador da cédula de Identidade nº XXXXXXXXXX, expedida pela XXXXX/XX, inscrito no C.P.F. sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado a outorgando-lhe plenos poderes para representá-la na sessão pública processo administrativo nº. 25.341/2021 da Tomada de Preços nº 002/2021, atende às exigências impostas pela Lei Federal nº 8.213/91, relacionadas com a existência em seus quadros de empregados beneficiários da Previdência Social reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência habilitada, conforme dados a seguir:

Número total de empregados XXX.

Número total de empregados reabilitados e/ou deficientes XXX.

# (local e data)

**(nome completo, C.P.F., cargo ou função e assinatura do representante legal)**

**ANEXO XII**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE TRABALHO FORÇADO OU DEGRADANTE**

Pelo presente instrumento, a empresa , portadora do CNPJ XX.XXX.XXX/XXXX-XX com sede na , através de seu representante legal infra-assinado, (NOME) , nacionalidade , estado civil , profissão , portador da cédula de Identidade nº XXXXXXXXXX, expedida pela XXXXX/XX, inscrito no C.P.F. sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado a outorgando-lhe plenos poderes para representá-la na sessão pública da TOMADA DE PREÇOS nº 002/2021 do processo administrativo nº 25.341/2021 declara a quem possa interessar, sob as penas da lei, que, para os fins do disposto nos inciso III e IV do art. 1º e no inciso II do art. 5º da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, que não possuo em minha cadeia produtiva empregados executando trabalho degradante ou forçado.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente.

# (local e data)

**(nome completo, C.P.F., cargo ou função e assinatura do representante legal)**

**ANEXO XIII**

**ANÁLISE ECONÔMICO – FINANCEIRA**

Pelo presente instrumento, a empresa , portadora do CNPJ XX.XXX.XXX/XXXX-XX com sede na , através de seu representante legal infra-assinado, (NOME) , nacionalidade , estado civil , profissão , portador da cédula de Identidade nº XXXXXXXXXX, expedida pela XXXXX/XX, inscrito no C.P.F. sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado a em estrito cumprimento ao previsto processo administrativo nº 25.341/2021 e processo licitatório TOMADA DE PREÇOS nº 002/2021 da licitação em epígrafe, na forma abaixo discriminada, apresenta a sua situação financeira a ser aferida por meio dos índices de liquidez corrente – LC, liquidez geral – LG e solvência geral – SG.

LC= Ativo Circulante Passivo Circulante

LG= Ativo Circulante (+) Realizável a Longo Prazo Passivo Circulante (+) Exigível a Longo Prazo

SG = Ativo Total Passivo Circulante (+) Exigível a Longo Prazo

Os índices calculados, obrigatoriamente, acompanharão as demonstrações contábeis, sendo consideradas habilitadas as empresas que apresentarem os seguintes resultados:

Liquidez corrente índice maior ou igual a 1,00 Liquidez geral índice maior ou igual a 1,00 Solvência geral índice maior ou igual a 1,00

# (local e data)

**(nome completo, C.P.F., cargo ou função e assinatura do representante legal)**

**(nome completo e CRC do contador responsável)**

**ANEXO XIV**

**MEMORIAL DESCRITIVO**

**PROJETO DE REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL**

**CEMEI MARIANA MARTUCHELLI**

1. **OBJETIVO**
   1. O presente documento tem por objetivo orientar, regulamentar e tanto quanto possível, determinar e caracterizar perfeitamente as disposições de natureza executiva a serem observadas no desenvolvimento dos serviços referentes à **Reforma da Escola Municipal Mariana Martuchelli,** localizada na Estrada Tere-Fri – Independente de Mottas – Teresópolis/RJ.
2. **GENERALIDADES**
   1. Nos itens que houver omissão, se obedecerá ao que for determinado pela Fiscalização, dentro do espírito das demais especificações.
   2. A fiscalização será realizada por profissionais da Secretaria Especial de Fiscalização de Obras Públicas. Toda a mão de obra e todos os materiais serão de boa qualidade e obedecerão as especificações correspondentes. Quando não forem especificadas, obedecerão as normas técnicas.
   3. Toda a mão de obra e materiais ficarão sujeitos a aprovação por parte da Fiscalização. A cor da tonalidade das pinturas, pisos, revestimentos, peças de acabamento e demais detalhes pertinentes devem ser previamente submetidos à aprovação da fiscalização.
   4. Em caso de dúvidas durante a obra,com relação ao projeto, plantas, execução, detalhes, e etc., esclarecê-las com a fiscalização da Secretaria Especial de Fiscalização de Obras Públicas, antes de efetuar o serviço
   5. **O prazo para a execução da obra é de 90 (noventa) dias corridos**, contados a partir da emissão da ordem de início da obra. O prazo de contrato com a empresa vencedora é de 120 (cento e vinte) dias corridos, contados da data de assinatura do contrato.
   6. A proposta ao certame deve contemplar desconto com percentual homogêneo em todos os itens, isto é, todos os itens devem possuir o mesmo percentual de desconto proposto pela empresa participante, sendo aplicado individualmente ao valor de cada item.
   7. O pagamento das faturas, devidamente atestadas pela Secretaria Especial de Fiscalização de Obras Públicas, será efetuado através de medições mensais realizadas pela fiscalização onde serão apenas liberados os eventos que estiverem 100% (cem por cento), concluídos e datados para o período de cada medição (para contratos com regime de execução empreitada por preço golobal). As faturas deverão ser apresentadas no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Teresópolis juntamente com a cópia do contrato, Nota de Empenho, ART da Contratada, planilha total da contratada, planilha parcilal (medição), Nota Fiscal da medição e cópia da planilha de eventos. Deverá constar na 1ª medição o ofício de início e, a partir da 2ª medição, a guia de FGTS do mês anterior da respectiva obra. A última medição nunca será inferior a 10 % (dez por cento), do valor contratual e será paga somente após o aceite provisórios que deverá estar anexado a essa parcela.
   8. O planejamento da obra será feito antes de seu início, em reunião específica entre a Secretaria Especial de Fiscalização de Obras Públicas e a Contratada, representada pelo engenheiro responsável da obra. A empresa contratada deverá apresentar planilha de eventos ajustando o cronograma.
   9. A contratada não poderá manter no canteiro de serviços quaisquer materiais estranhos às obras.
   10. A obra deverá ser entregue, depois de concluída, em perfeito estado de conservação e limpeza, pronta para ser utilizada. O entulho decorrente dos serviços, bem como materiais e equipamento utilizados, deverão ser removidos pela Contratada durante a obra.
   11. Será mantido na obra, pela Contratada, livro de registro com relatório diário de todos os serviços executados e demais ocorrências da obra.
   12. A obra só poderá ser iniciada após a colocação da placa e a emissão da ordem de início da Secretaria Especial de Fiscalização de Obras Públicas.
3. **REGIME DE EXECUÇÃO** 
   1. A obra será executada com empreitada por preço global.
4. **DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**
   1. **Serviços Preliminares** 
      1. **TAPUME –** Deverá ser executado um tapume de vedação em telhas trapezoidais de aço galvanizado, espessura 0,5mm. A altura d tapume será a maior medida comercial das chapas, ou seja, 2,20 metros. O tapume ocupará toda a frente da escola, ou seja, 22,65 metros.
      2. **PLACA DE OBRA –** Deverão ser instaladas placas com dados exigidos pelo CONFEA. A placa tipo banner/plotter constituída por lona de impressão no modelo padrão da Prefeitura Municipal de Teresópolis, fornecido e previamente aprovado pela Secretaria de Fiscalização de Obras Públicas.
      3. **BANHEIRO QUÍMICO -**  Deverá ser instalado no canteiro um banheiro químico portátil para utilização durante o período determinado da obra, com fornecimento de papel higiênico, química desodorizanto, bactericida e bacteriostática, inclusive unidade móvel de sucção para limpeza.
      4. **PROJETO DE ESTRUTURA METÁLICA –** O projeto deverá conter todo o detalhamento técnico necessário para a execuação da estrutura metálica da cobertura da escola, e deverá ser apresentado em AUTOCAD nos padrões da contratante, constando de plantas de todo o detalhamento necessário, seguindo os critérios da ABNT.
   2. **Movimentação**
      1. **ANDAIME –** Os montantes dos andaimes devem ser apoiados em sapatas sobre base sólida capaz de resistir aos esforços solicitantes e   
         às cargas transmitidas. É proibido o trabalho em andaimes apoiados sobre cavaletes com altura superior a 2 metros e largura inferior a 90 centímetros. É proibido o deslocamento da estrutura dos andaimes com trabalhadores sobre eles. Os andaimes, cujo o pisos de trabalho esteja situado a mais de 1,5 metros de altura, têm de ser providos de escadas ou rampas. O ponto de instalação de qualque aparelho de içar materiais será escolhido de modo a não comprometer a estabilidade e segurança do andaime. A estrutura dos andaimes deve ser fixada À construção por meio de amarração e estroncamento, de modo a resistir aos esforços a que estará sujeita.
      2. **RETIRADA DO ENTUHLO COM CAÇAMBA –** Fornecimento de caçamba metálica capacidade de 5m³, na obra. Remoção da mesma quando cheia, e a reposição por outra caçamba vazia prevendo 5 unidade. Inclui o transporte e o despejo na unidade de destinação final, independente da distância do local de despejo e os serviços de carregamento manual atá a caçamba.
   3. **Demolição**
      1. Na área do banheiro, como visualizado em projeto básico, deverá ser demolido o revestimento em azulejos exxitente em emia parede para substituição. Também deverá ser removido os mesmos da banhiera exixtente preservando a mesma e instalaçãos para novo revestimento.
      2. Deverá ser retirado o vaso sanitário existente, preservando instalações.
   4. **Alvenaria**
      1. A alvenaria de empena, para base do telhado será executada em tijolos cerâmicos de 1ª qualidade, de cor avermelhada uniforme, faces lisas, de 06 furos, na espessura nominal de 10cm, altura de 20 cm e comprimento de 30cm. Inclui-se vedação das portas danificadas pela retirada de caixonetes.
   5. **Estrutura**
      1. O piso base de toda a área de edificação será executado em concreto dosado com resistência característica de compressão de 10Mpa com tela para estrutura formada por fiod de aço CA-60 de 4,2mm, sendo na CIRCULAÇÃO 3, CIRCULAÇÃO 1, entrada para o PÁTIO COBERTO 1 como indicado em projeto básico, há rampas de acessibilidade que deverão possuir inclinação máxima de 8,33%.
   6. **Revestimento**
      1. **EMBOÇO –** Trata-se de camada de argamassa constituída de cimento, areia média, água e aditivo impermeabilizante. No traço 1:1,5cm de espessura incluindo chapisco com pó, graxas, óleos eflorecências, materiais soltos ou quaisquer produtos que venham a prejudicar a aderência. Será utilizado para cobrir a alvenaria de empena, na base do telhado; na vedação e recomposição das portas que estiverem danificadas; e no banheiro conforme projeto.
      2. **REBOCO -**  Trata-se de camada de argamassa de revestimento (reboco), constituída de cimento, areia, água, e aditivo plastificante líquido, de maneira a servir de acabamento final. Será utilizado para cobrir a alvenaria de empena, na base do telhado; na vedação e recomposição das portas que estiverem danificadas; e no banheiro conforme projeto.
      3. **AZULEJO –** Deverão ser assentados azulejos (15 x 15 cm) nas paredes dos sanitários (WC dos professores, WC Feminino, WC Masculino, WC PDC e Banheiro), do Café e Área de Serviço com altura de 1,80m e na Dispensa e Cozinha com altura total da parede.
         1. No banheiro a banheira será revestida com azulejo branco e bordas boleadas para segurança.
         2. A cor do azulejo deverá ser banca. A argamassa colante para fixação dos azulejs deverá ser de primeira qualidade sendo sua dosagem e preparos executados conforme a especificação do fabricante. Ela deverá ser espalhada com o auxílio da desempenadeira metálica dentada.
            1. Antes da aplicação da argamassa colante não será necessária a umidificação da parede (emboço), salvo condições especiais, como exposição ao sol e/ou vento devendo em tais condições ser consultada à Fiscalização.
            2. Os azulejos deverão ser assentados debaixo para cima sendo que o controle dos prumos vertical e horizontal deverá ser feito com o auxílio de réguas de alumínio e fios de nylon.
            3. Deverá ser observada rigorosamente a uniformização da aplicação dos azulejos nas paredes de uma mesma dependência. Os azulejos deverão ter juntas a prumo não superiores a 3,00mm, utilizando espassadores de plástico.
            4. Os azulejos quando cortados deverão ter suas bordas esmerilhadas além de não apresentarem rachaduras ou emendas. O rejuntamento deverá ser feito com argamassa pré-fabricada.
            5. Doze horas após o assentamento removendo logo em seguido o excesso através de uma esponja molhada passando-se um pano seco e limpo.
            6. A cor da argamassa para rejuntamento dos azulejos deverá ser branca e de primeira qualidade sendo sua dosagem e preparo executados conforme a especificação do fabricante.
      4. **PISO MARMORITE –** Para a execução do revestimento em marmorite, o contrapiso deverá ser muito bem limpo e lavado, com superfície rugosa. Os perfis plásticos devem se posicionar nivelados e aprumados ao acabamento do piso/parede, na cor preto, cinza, palha ou branco. Os revestimentos em marmorite devem ser executados em painéis de 1,20 x 1,20 metros, e não devem ultrapassar 1,50 x 1,50 metros, limitados por juntas de plastico. As juntas devem ser fixada com uma camada fina de argamassa de cimento branco e areia (1:4). A modulação de 1,00 x 1,00m garante melhor planicidade do revestimento. A massa deve ser preparada com cimento cimento branco, areia, água e os agregados de granilite, de acordo com as instruções do fabricante.
         1. A espessura mínima da camada de revestimento em granilite é de 8mm. Concluídos os serviços, o piso deverá ser completamente limpo. Para efetuar o estucamento (calafetação dos poros) com cimento, corrigindo eventuais falhas, inclusive o rodapé com 10cm de altura e 1cm de espessura, terminando com canto reto junto ao piso e com polimento manual.
         2. A execução do marmorite será feita nas SALAS DE AULA 1, 2, 3 e 4, DIREÇÃO, ARQUIVO, CIRCULAÇÃO 1, 2 E 3, DEPÓSITO, PÁTIO COBERTO INTERNO E EXTERNO.
      5. **PISO LADRILHO CERAMICO ANTIDERRAPENTE –** Assentamento de piso cerâmico de alta qualidade 45x45, cor branca ou similar mediante aprovação prévia da Secretaria Especial de Fiscalização de obras, antiderrapante, assentado com argamassa colante em superfície em osso e rejuntamento de cor cinza, incluindo rodapé de acabamento com 10cm de altura.
         1. A execuçõa do piso cerâmico será feita nos WC PROFESSORES, MASCULINO, FEMININO, PCD, BANHEIRO, ÁREA DE SERVIÇO, CAFÉ COZINHA E DESPENSA.
      6. **FORRO PVC –** O item remunera o fornecimento e instalação de forro alveolar extrudado, em lâminas de PVC rígido, auto-extinguível, imune à corrosão, resistente a álcool e materiais de limpeza, constituído por: lâminas com largura de 100mm e espessuras de 8 a 10 mm, ou lâminas com largura de sustentação primária, em tubos de açõ galvanizado de 20 x 20mm, com rodaforro de PVC para acabamento. Medido pela área quadrada em altura do telhado a definir na execução. Instalação definida para todas as áreas exceto Pátio Coberto Inter e Externo. E Circulação 3 onde o telhado ficará aparente.
      7. **PISO CIMENTADO –** Acabamento no piso com 1,5cm de espessura com argamassa de cimento e areia no traço 1:3 em área existente embaixo da SALA 2.
      8. **REATERRO DE VALA –** Reaterro de vala no Pátio Coberto interno com material compatível, ibclusive compactação manual.
   7. **Cobertura**
      1. **COBERTURA –** Cobertura em telha térmica de alumínio, trapezoidal dupla, com espessura de 30mm, incluindo todos acessórios necessário para execução, com calha de alumínio de 0,30m em chapa de espessura de 0,8mm, detalhes no pátio de telha translúcida ou cores básicas, trapezoidal ondulada, reforçada com fibra de vidro para iluminação natural. Condutor de calha de beiral em PVC inclusive todas conexçoes. Estrutura em vigas de treliças metálicas com pintura antioxido. Fornecimento e colocação dosi tens de composição da cobertura bem como todos acessórios necessários para perfeita execução.
   8. **Esquadrias**
      1. **JANELAS –** Janela de alumínio anodizado ao natural, de correr em duas folhas e bandeira com painéis basculantes e vidro plano transparente comum de 4mm de espessura, fornecimento de instalação prevista nas SALAS DE AULA 1,2,3 e 4, DIREÇÃO, ÁREA DE SERVIÇO e PÁTIO COBERTO INTERNO.
         1. Janela basculante de alumínio, com 2 ordens, sendo a inferior fixa com vidro fantasia tipo canelado de 4mm de espessura, fornecimento e instalação na cozinha.
         2. Janela basculante de alumínio anidizado ao natural, com 1 ordem em báscula inferior fica com vidro fantasia canelado de 4mm de espessura, fornecinento e instalação no ARQUIVO, WC PROFESSOR, WC MASCULINO e DEPÓSITO.
      2. **GRADE DE FERRO –** Grade de ferro para proteção nas janelas, chumbadas na alvenaria formada por barras quadradas de 3/8’’, fornecimento e instalação nas SALAS DE AULA 1, 2, 3 E 4, DIREÇÃO, ÁREA DE SERVIÇO E PÁTIO COBERTO INTERNO.
      3. **PORTAS** 
         1. Porta de lei em maderia compensada de 90 x 210cm, 70 x 210cm e 80 x 210 folheada nas duas faces, algumas instaladas em aduela existente, das que não tenha previsto aduela incluindo instalação.
            1. Locais de instalação: WC, PCD, salas de aula 1, 2, 3 e 4, cozinha, banheiro, depósito, área de ser4viço e circulação 2, direção e arquivo.
         2. Porta de madeira de lei com painel de veneziana de 60x210cm. Ferragen e fechadura com acabamento cromado.
            1. Locais de instalação: WC professores, WC masculino, despensa, WC feminino, café e banheiro.
         3. Porta de madeira de lei em compensado de 150cmx210x3,5cm, em 2 folhas, aduela de 13x3cm e alizares 5x2cm, excluzive ferragens, fornecimento e colocação.
            1. Locais de instalação: Circulação 01.
      4. **QUADRO –** Fornecimento de quadro de aula medindo 2,00x1,20m em compensado de 10mm de espessura, revestimento com chapa de laminado melaminico na cor branca brilhante, com moldura de madeira envernizada de 10x2,5cm e colocação nas SALAS DE AULA 1, 2, 3 e 4.
      5. **MASTRO -** Fornecimento e instalação de mastro metálico em tubo de ferro galvanizado de 3” com altura de um de 6 e dois de 5,50, equipado com roldana com fixação em prisma de concreto de 30x30x50cm, pintado na cor azul.
      6. **ALAMBRADO –** Colocação de alambrado de tela de arame galvanizado fio nº 12 em malha de losango com altura de 1,20 sobre mureta na fachada da escola, incluindo tubos e estrutura de fixação.
      7. **CORRIMÃO –** Corrimão de segurança na rampa da circulação 2 e guarda corpo na descida do pátio para circulação 3, em tubo de ferro galvanizado de 1.1/4” preso por chumbadores. Pintado na cor azul. Fornecimento e colocação.
      8. **PORTÃO –** Portão de entrada em chapa de ferro galvanizado, para a entrada da escola, com espessura de 0,5mm, altura de 2,00 m e largura de 1,30m pintado de azul, fechadura de sobrepor em ferro resinado preto com chaves. Fornecimento e colocação.
   9. **Gás**
      1. **GÁS -**  instalação e assentamento de fogão a gás para ligação em casa de gás já existente. Inclusive conexões.
   10. **Instalação elétrica**
       1. **INSTALAÇÃO ELÉTRICA –** Componentes elétricos compreendendo disjuntores, quadro de distribuição, dispositivos de proteção contra surto, cabo de cobre flexível com isolamento termoplástico bitola de 1,5mm², 2,5mm², 4mm², 6mm², 16mm² e 25mm², padrão ampla de entrada de serviço, interruptores e tomadas para conclusão de sistema de pontos existentes, com base em projeto elétrico que será fornecido pela Secretaria de Fiscalização de Obras Públicas.
   11. **Exaustor mecânico**
       1. Instalação de micro exaustor mecânico para ventilação dos banheiros WC Feminino e Banheiro onde não existe circulação devido à falta de janelas.
       2. Instalação de coifa de aço com calha coletora de gordura na cozinha em local indicado onde será instalado o fogão.
          1. Ambos com fornecimento dos aparelhos.
   12. **Mármores**
       1. Soleira de mármore de cor a ser definida com a Secretaria Especial de Fiscalização de Obras na execução. Espessura de 3cm, largura de 13cm, polimento. Assentamento com argamassa de cimento, rejuntada de acordo com instrução da fiscalização após avaliação com pisos de ligação.
   13. **Aparelhos hidrosanitários**
       1. Fixar Fixar as tubulações de água existentes na estrutura de apoio para evitar movimentação e danificações futuras. A fixação poderá ser feita com abraçadeiras ou outro material aprovado pela fiscalização.
          1. **Duchinha manual –** Instalação padrão de duchinha manual com registro de pressão cromado, rabicho e suporte branco em banheiro PCD, ao lado do sanitário. Inclusive equipamento e material.
          2. **Tanque industrial -** Instalação de tanque industrial na cozinha como indicado em planta baixa. Inclusive equipamento e material.
          3. **Tanque de louça branca –** Instalação de tanque de louça branca com coluna, na área de serviço como indicado em planta baixa. Inclusive equipamento e material.
          4. **Torneira –** Instalação de torneiras para bacias sanitárias, de acordo com apresentado em planta baixa. Sendo a torneira dos tanques de escovação do pátio e do banheiro com arejador.
             1. Pontos de água já existentes,
             2. Instalação de torneira de jardim na área externa nos fundos da unidade.
          5. **Vaso sanitário –** Instalação e assentamento de vaso sanitário em tubulação existente com caixa de descarga externa incluindo aparelho novos para substituição se necessário, sendo um aparelho sanitário padrão PCD. Ambos com acento e acessórios de fixação.
          6. **Lavatório –** Instalação de lavatórios de louça branca tipo popular, sendo um PCD com coluna suspensa, com instalação em pontos existentes de acordo com a planta baixa.
          7. **Bebedouro –** Um bebedouro purificador, de coluna com acessibilidade conforme ABNT, em aço inoxidável, modelo pressão com duas torneiras. Instalação no pátio de acordo com ponto de água existente.
          8. **Acessórios dos banheiros** 
             1. Fornecimento e instalação de saboneteira de parede com base metálica e cúpula de vidro giratório em todos os banheiros conforme instruído pela Secretaria de Fiscalização de Obras Públicas.
             2. Fornecimento e instalação de porta toalha de papel em plástico abs em todos os banheiros conforme instruído pela Secretaria de Fiscalização de Obras Públicas.
             3. Fornecimento e instalação de porta higiênico em plástico ABS em todos os banheiros conforme instruído pela Secretaria de Fiscalização de Obras Públicas.
             4. Barras de apoio no banheiro PCD, instalada de acordo com a Norma vigente, sendo uma no lavatório e duas próximas ao vaso sanitário.
             5. Chuveiro elétrico em plástico, fornecimento e instalação para Box identificado em projeto básico e banheira, ambos no banheiro principal.
          9. **Externo –** Tampão de ferro fundido para vedação de poço de visita, incluindo fornecimento e assentamento. Torneira de bóia, em bronze para instalação nas duas caixas d’águas existentes.
       2. **Aparelhos elétricos**
          1. **VENTILADOR –** Instalação e fornecimento de ventilador de parede nas SALAS DE AULA 1,2,3 e 4 e na DIREÇÃO.
          2. **LUMINÁRIAS** 
             1. Luminárias de sobrepor fixadas em base existente, tipo calha com lâmpada de LED TUBULAR 2 x 9w para todos os ambientes de circulação.
             2. Luminárias de sobrepor fixada em base existente, tipo calha com LED TUBULAR 2x18w em pátio coberto.
             3. Luminária de emergência de sobrepor, em plástico, equipada com bateria selada recarregável com 30 lâmpadas LED.
             4. Fornecimento, inclusive das lâmpadas e instalação das mesmas, com todos acessórios de fixação.
       3. **Extintores**
       4. Fornecimento e colocação de extintores de incêndio, pó químico de 6KG e água pressurizada de 10L.
   14. **Pintura**
       1. **PREPARO DE SUPERFÍCIE –** Preparo de superfície com revestimento liso para acabamento final nas paredes sem preparo.
       2. **PINTURA E REPINTURA DE SUPERFÍCIE –** Pintura ou repintura das área indicadas, com cores a ser instruída pela fiscalização da obra, junto ao padrão municipal. Inclusive lixamento, fundo preparador. Tinta látex classificação Premium ou Standard.
          1. Considerando a pintura de todos os dos cômodos da unidade incluindo a área externa e o muro em ambas as faces.
       3. **PINTURA E REPINTURA DE SUPERFÍCIE –** Pintura externa ou interna sobreo ferro, com tinta esmalte cor azul, ou conforme instruído pela fiscalização. Inclusive lixamento e preparo.
          1. Considerando a pintura das grades das janelas.
       4. **PINTURA DE MADEIRA –** Pintura interna ou externa sobre madeira nova, com esmlate sintético brilhante. Com preparo de madeira.
          1. Considerado para todad as portas a serem instaladas, em ambas as faces e aduelas, incluindo as existentes no local.
       5. **PINTURA DE SINALIZAÇÃO –** Pintura de sinalização dos extintores no pátio, de acordo com o padrão sendo em quadro vermelho 70x70xm com bordas amarelas e largura de 15cm.
   15. **Área Externa**
       1. **PREPARO DE TERRENO –** Preparo do terreno atrás da unidade para acerto e raspagem para plantação de grama, retirando material para nivelamento do pátio criando uma área de vivência.
       2. **PLANTIO DE GRAMA –** Plantio de grama em placas tipo Esmeraldo no pátio nos fundos da escola com aterro de terra preta vegetal.
5. **ADMINISTRAÇÃO**
   1. Administração local da obra incluindo acompanhamento de:
      1. Encarregado, 8 horas por dia
      2. Engenheiro, 2 horas por dia 10 dias no mês
      3. E unidade de referência para ADM local com cálculo base catálogo EMOP.
6. **GARANTIA**
   1. Os serviços executados terão garantia com base no Código Civil, Código de Defesa do Consumidor, e contrato existente entre as partes.
7. **FISCALIZAÇÃO**
   1. Todo o serviço e material aplicado estarão sob a rigorosa e ilimitada Fiscalização do setor competente do município, podendo não aceitar material que não condizer com a qualidade técnica exigida, bem como os profissionais envolvidos na execução dos mesmos.
   2. As atividades de Fiscalização serão consignadas em “Relatórios Diários de Obra” acompanhada pelo supervisor técnico responsável da contratada.
   3. Fica sob responsabilidade da Fiscalização e da Contratada:
      1. Esclarecer dúvidas apresentadas pela Contratada;
      2. Avaliar o andamento e execução dos serviços;
      3. Determinar providência, quando necessárias, a serem tomadas;
      4. Controlar os serviços prestados;
      5. Outros fatos que julgar conveniente registrar.
   4. A atuação ou eventuial omissão da Fiscalização, durante a realização dos trabalhos ou aceite dos serviços, não altera a responsabilidade da contratada de acordo com a legislação civil e penal.

**ANEXO XV**

**CRONOGRAMA FINANCEIRO**

**+**

**ANEXO XVI**

**RESUMO ORÇAMENTÁRIO**

****

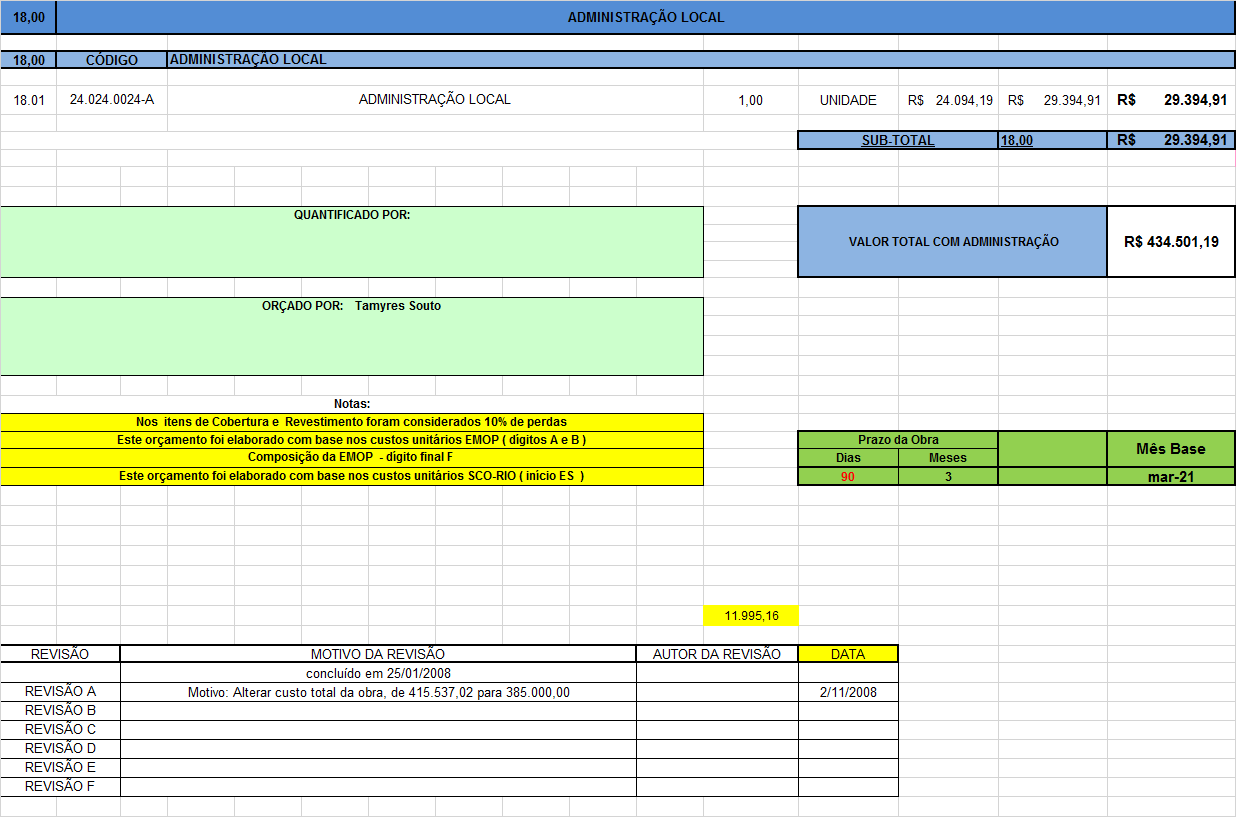
****

****

****

****

****



**ANEXO XVII**

**CALCULO BDI**

****

**ANEXO XVIII**

**PLANTAS**

Para visualização das plantas, acesso o link abaixo:

<https://licitacao.teresopolis.rj.gov.br/wp-content/uploads/2021/07/E.-M.Mariana-Martuchelli-EDIT-Tamyres-001-Model.pdf>